



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ata nº04/2023

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, reuniu, em reunião ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural de Chaves, sito em Chaves, pelas nove horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----
Período Antes da Ordem do Dia -----

Ordem do Dia: -----

PONTO 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE JUNHO DE 2023; -----

PONTO 2 - INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA; -----

PONTO 3 - ACORDO DE COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA ADESÃO AO BALCÃO ÚNICO DO PRÉDIO (BUPI) NO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 88/GAPV/2023; -----

PONTO 4 – DOAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS SITUADOS EM CASINHAS E NABELHOS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. PETICIONÁRIO: INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA. PROPOSTA Nº 101/GAPV/2023; -----

PONTO 5 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A AEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NÃO SUPERIOR. PROPOSTA N.º 105/GAPV/2023; -----

PONTO 6 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO NOS LUGARES DE FEIRA, LOJAS, ARMAZÉNS E BANCAS DO MERCADO MUNICIPAL. INFORMAÇÃO / PROPOSTA Nº 30/DAIRE/2023; -----

PONTO 7 – RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º TRIMESTRE DE 2023 DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A. INFORMAÇÃO Nº 17/DGF/2023; -----

PONTO 8 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. - RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 106/GAPV/2023; -----

PONTO 9 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA. PROPOSTA N.º 97/GAPV/2023; -----

PONTO 10 - ANÁLISE DO 4.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, CLASSIFICADO COMO PIM INFORMAÇÃO Nº 19/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 24.08.2023; -----

PONTO 11 - ANÁLISE DO 1.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “PROJETO CORTIZO CHAVES”, CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 21/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 24.08.2023; -----

PONTO 12 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA LOCALIDADE DE VIDAGO, FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

VILARINHO DAS PARANHEIRAS, A PEDIDO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – PROCESSO Nº 468/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 368/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/06/2023; -----

PONTO 13 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – ENTRE AS POVOAÇÕES DE CARVELA E PARANHOS NA EM 541-2, FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA – PROCESSO Nº 478/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 373/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/06/2023;-----

PONTO 14 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA JOSÉ ANTÓNIO COSTA NA LOCALIDADE DE VIDAGO, FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS, PROCESSO Nº 549/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 385/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/06/2023; -----

PONTO 15 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA ESTRADA DA BARRAGEM, JUNTO À POVOAÇÃO DAS NOGUEIRINHAS NA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE MONFORTE, PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE, PROCESSO Nº 507/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 415/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/07/2023; -----

PONTO 16 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA NICOLAU TOLENTINO, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 522/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 430/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/07/2023; -----

PONTO 17 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA DONA MARIA DO CARMO CARMONA, EM SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DO GABINETE DE ATENDIMENTO SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 572/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 447/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/07/2023; -----

PONTO 18 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A ESTRADA DA GRANJINHA E A RUA DA MOURA, EM VALE DE ANTA, A PEDIDO DO SR. JOSÉ ESTEVES, ATRAVÉS DA PLATAFORMA “CHAVES À ESCUTA” – PROCESSO Nº 724/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 505/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/08/2023; -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA ANTÓNIO NOBRE, EM SANTA MARIA MAIOR, – A PEDIDO DO SR. VICTOR MANUEL CUNHA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

MESQUITA - PROCESSO Nº 653/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 490/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/08/2023; -----

PONTO 20 - SOLICITA CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA RUA DOM FRANCISCO MANUEL DE MELO, EM CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DO SR. LUÍS PEREIRA, EM REPRESENTAÇÃO DO HOSPITAL PRIVADO DE CHAVES, S.A. – PROCESSO Nº 322/19 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 389/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/06/2023; -----

PONTO 21 – SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO – NA AVENIDA 5 DE OUTUBRO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DA SRA. FÁTIMA FERREIRA, EM REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA, A VOZ DE TRÁS-OS-MONTES, LETRAS DINÂMICAS, LDA – PROCESSO Nº 486/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 397/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/08/2023; -----

PONTO 22 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA DA VÁRZEA, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PEDIDO APRESENTADO PELO GABINETE DE ATENDIMENTO SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 485/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 402/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 03/07/2023; -----

PONTO 23 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NO CAMINHO VELHO DO SEARA, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, PROCESSO Nº 503/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 411/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 05/07/2023; -----

PONTO 24 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA CAPITÃO ALÍPIO DE OLIVEIRA E NA RUA DE TIMOR, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE PROCESSO Nº 389/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 417/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/07/2023. -----

Presidiu a esta reunião da Assembleia Municipal de Chaves, **Altamiro da Ressurreição Claro**. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia estiveram presentes os seguintes: -----

Pelo Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, António Manuel Pires de Almeida, Cristina Maria Inocência Imaginário, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Domingos de Moura Alves, Sónia Cristina Adães Ferreira, José Francisco de Resendes Carreiro, Melissa Alexandra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Carvalho Lopes, Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, Abílio do Nascimento Ramos, Paulo Jorge Ligeiro Santos, Clara Maria Pinto Dias Lopes, Francisco António Pinho Peixeiro, Maria Adalgisa Portugal Ferreira da Silva Babo e Ricardo Vassal Coutinho. -----

Pelo Grupo Municipal do PPD/PSD: António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, Francisco António Taveira Ferreira, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, Milena Sofia Vieira de Melo, José Pimentel Sarmento, António José dos Santos, André Fontoura Faria, Olga Machado Gonçalves Ferreira, João Luís Gonçalves Rodrigues, Maria José Alves Portela, Anabela Maria Neves Martins e Gilberto Gomes Alves. -----

Pelo Grupo Municipal da CDU: Manuel Justino Matos Cunha. -----

Pelo Grupo Municipal do CDS/PP: Victor Manuel de Carvalho Martins e Sousa. -----

Pelo Grupo de Independentes: Helena Cristina Gonçalves Santos e Vítor José Gomes.

Pelo Grupo Municipal do BE: Marcelo Leandro Araújo Pires Rodrigues. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: de Águas Frias - Rogério Amaro Alves de Oliveira, de Anelhe - Arlindo Santos Costa, de Bustelo – José Fernandes M. Serralheiro, de Cimo de Vila da Castanheira - Lígia Maria Chaves Silva, de Curalha - Alfredo Augusto Dias Gaspar, de Ervededo – André Lourenço da Silveira, de Faiões – Luís António Pereira de Oliveira, de Lama de Arcos – Augusto José Aires da Anunciação, de Mairós - Adriano Vieira Rodrigues, de Moreiras – António José Alves Lopes, de Nogueira da Montanha – Alfredo José da Silva Barreira, de Oura – António Eusébio Vieira Cardoso, de Outeiro Seco – Artur Jorge André Dias, de Paradela de Monforte – Gilberto Santos de Jesus, de Redondelo - Nelson Fernandes Costa, em representação de Sanfins - José António Pereira Teixeira Borges, de Santa Leocádia – João Manuel Teixeira Pereira Borges, de Santa Maria Maior – Hugo Manuel Alves da Silva, de Santo António de Monforte - Alcino do Nascimento Santos, em representação de Santo Estevão – António Manuel da Costa Ramos, de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco, de São Vicente da Raia – Adma Ribeiro Ibrahim, de Tronco - Eduardo dos Santos Carneiro, da União das Freguesias Calvão e Soutelinho da Raia - António Manuel Rua Reis, em representação da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela – Augusto Nascimento Guedes, da União das Freguesias de Loivos e Póvoa de Agrações – Delfina Maria de Almeida Ferreira, da União das Freguesias da Madalena e Samaiões – João Manuel Almeida Pinto, da União das Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira, em representação da União das Freguesias de Travancas e Roriz – Francisco da Caridade Ginja, de Vidago (União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho das Paraneiras) - Rui Manuel Branco Rodrigues, de Vale de Anta – Júlio Manuel Abambres Carneiro, de Vila Verde da Raia - Pedro Miguel Rodrigues, de Vilar de Nantes - Luís António Gonçalves Costa, de Vilarelho da Raia – Fernando de Jesus, de Vilas Boas - Paulo Nuno de Jesus Pereira, de Vilela Seca – Nuno Miguel Moreira Monteiro da Mota e de Vilela do Tâmega – Liliana Pires Lage, --
Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de Deputados da Assembleia Municipal: Joana Maria Machado Borges, pelo PS, Fernando Miguel Borges Valpaços, pelo PS, Manuel Guerra Afonso, pelo PS, Pedro Miguel Vieira Miranda, pelo PSD, Carlos Guilherme de Melo Gouveia, pelo PSD, Paulo Alexandre Gomes da Cunha, pelo PSD, Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, pelo PS, António Jorge de Sousa Pinto de Barros, pelo PS. -----

Presidente de Junta de Freguesia: Antero Luís Ginja, da União das Freguesias de Travancas e Roriz, Hélder Leão de Castro Lopo, da União das Freguesias das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela e Maria José Sena Barros Pereira, de Santo Estevão, Faltaram à reunião: -----

Deputado Municipal: Luiz Mário Alves Carneiro, pelo PS, Lara Beatriz Pinheiro de Melo, pelo PS. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Presidentes de Junta de Freguesia: Carlos Manuel da Cruz Chaves, da União das Freguesias de Soutelo e Seara Velha e Luís Saraiva Garcia, do Planalto de Monforte (União das Freguesias de Oucidres e Bobadela). -----

Pelo Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, foi declarada aberta a reunião, quando eram nove horas e quinze minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a Ordem do Dia previamente elaborada. -----

De seguida foi apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista uma “*Moção – Pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso*”. -----

Foi proposto à Mesa da Assembleia Municipal pelo Grupo Municipal do PSD a seguinte proposta: O PSD sugeriu que se fizesse uma reconstituição dos tempos no PAOD para discussão da moção, propondo tempo igual de discussão para todos os grupos com representação nesta Assembleia Municipal. A Mesa propõe à Assembleia acrescentar um ponto à Ordem de Trabalhos com esta Moção “*Pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso*”, passando a cumprir o que está escrito no Regimento, ou seja, é mais um ponto específico da Ordem de trabalhos. -----

Colocada à votação a proposta foi aceite por unanimidade. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

Iniciou-se a reunião, tendo o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, passado a palavra ao 1º secretário, **Anselmo José Martins**, que deu conhecimento dos convites, expediente e pedidos de substituições que entraram no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal até à presente data. -----

No período Antes da Ordem do Dia, registaram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Júlio Eliseu Anjos Alves, pelo **PS**, no uso da palavra disse: Muito bom dia, Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos senhores Secretários da Mesa da Assembleia, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora Vereadora e senhores Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia Municipal, Caras e Caros Presidentes da Junta, *Caros Flavienses*. -----

*Passaram 2166 dias desde 23 de outubro de 2017. -----
Foram 2166 dias, onde numa fase inicial o executivo do Partido Socialista trabalhou para Acordar Chaves. -----*

Foram 2166 dias em que pudemos constatar um executivo empenhado e um Presidente com uma liderança tenaz, resiliente e determinada com um único objetivo, colocar Chaves no Rumo Certo. -----

Foram 2166 dias onde inúmeras mudanças e transformações se foram concretizando, apesar do ponto de partida ter sido muito pior que o pior dos cenários expectáveis. Relembramos as palavras proferidas pelo senhor presidente da câmara, em dezembro de 2017: “num primeiro “draft” orçamental para o ano de 2018 e sem nenhuma proposta que resultasse do nosso compromisso eleitoral, fomos colocados perante um desequilíbrio orçamental de 8 milhões de euros”. -----

6 anos em política é muita coisa, e se a este facto acrescentarmos os 2 anos vividos em pandemia, nada melhor que avivar a memória e relembrar todas as mudanças, conquistas e sucessos alcançados. -----

Ano a ano vamos fazer uma retrospectiva com início a outubro de 2017. -----

2017 -----

- A decisão de alterar o projeto de requalificação e remodelação funcional do Jardim do Bacalhau. Esta foi a primeira medida após a tomada de posse. A decisão de anular a construção de um Centro de Convívio era aquilo que os Flavienses mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

desejavam e que teimosamente o PSD não aceitava em reconhecer o erro. Pelo seu simbolismo histórico, pela sua localização privilegiada, a decisão tomada tornou este espaço apenas e só num jardim, recuperando a memória do local que em tempos existiu. -----

- **A aprovação da redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**, para que no final do mandato 2017/2021 a taxa a aplicar fosse a taxa mínima de 0.30. Apesar das dificuldades orçamentais encontradas, este executivo iniciou um caminho de redução de impostos sobre a habitação e por consequência uma perda de receita fiscal que, face às dificuldades orçamentais encontradas seria muito útil à data. Esta medida pode parecer insignificante, mas os números mostram que não. Por ano, desde 2021, (ano em que a taxa aplicada chegou ao valor mínimo legal de 0.30) a autarquia abdicou de uma receita fiscal de 400 mil euros por ano. Fazendo um exercício aos 6 anos de cobrança de IMI, 2018 a 2023, a autarquia já abdicou de 1.8 milhões de euros na sua globalidade. -----

- **A manutenção dos dois sentidos de trânsito na Rua Antunes Guerreiro em Santa Cruz.** A decisão tomada pelo PSD em alterar, para um único sentido, os fluxos de mobilidade viária era claramente um erro que foi corrigido a tempo. Mais uma vez, houve a necessidade de alterar projetos que se repercutiu em aumentos significativos dos custos da obra em virtude do seu não financiamento, salientando ainda a inclusão da renovação das condutas de água e saneamento. Sim, é importante lembrar que a renovação das condutas de água e saneamento e respetivos ramais não estavam previstas, nem nesta nem em muitas outras obras de requalificação de arruamentos, entretanto já realizadas. -----

2018 -----

- **A regularização da dívida com as Águas do Norte no valor de 4.5 milhões de euros.** Mais uma herança pesada, pagamento de uma dívida contraída entre os anos de 2010 e 2016. Após meses de negociação foi possível chegar a um acordo, através do qual o Município conseguiu reduzir o valor da dívida de 6.6 milhões de euros para 4.5 milhões de euros. Esta dívida era claramente desnecessária e só existiu por má gestão e irresponsabilidade política e financeira dos executivos do PSD. Hoje temos o Município a pagar no mês seguinte as faturas do mês anterior, com o acréscimo dos custos referentes ao empréstimo bancário para liquidação dos 4.5 milhões de euros. ---

- **Integração da Escola Superior de Enfermagem de Chaves na Cruz Vermelha Portuguesa.** Uma escola que estava num declínio acentuado foi possível dar-lhe uma nova vida e desta forma passou a ser uma referência a nível nacional como Escola Superior de Saúde. Temos hoje uma instituição de ensino que redinamizou o ensino superior no Alto Tâmega, permitindo a atração e fixação de população jovem. -----

- **A requalificação dos bairros sociais.** A requalificação do bairro social da Casa dos Montes, na sua totalidade, melhorando não só as condições dos edifícios, mas também os seus arranjos exteriores. Este foi o início de uma nova fase de melhoria das condições de habitabilidade a famílias mais vulneráveis. Foi um investimento inicial que começou em 3 milhões de euros e que atualmente com as novas medidas de apoio à habitação se cifram em mais de 17 milhões de euros e que vai permitir a tão necessária reabilitação do Bairro dos Fortes. -----

- **O Museu das Termas Romanas.** Hoje já quase todos nos esquecemos dos problemas de ventilação e condensação. E as célebres entrevistas dos ex autarcas a dizer que não sabiam que no Largo do Arrabalde havia água quente?! Mais uma vez, deu para perceber a destreza, a humildade e a competência deste executivo: entregar o assunto a quem, efetivamente, sabe da matéria, ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). O LNEC apontou a solução para a resolução definitiva dos problemas identificados, apostando num aumento da área de ventilação natural e aproveitamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

geotérmico, e assim se resolveu mais um problema, com todos os custos económicos e turísticos inerentes ao atraso na conclusão da obra. -----

- **A reorganização da situação financeira do Município.** Não nos podemos esquecer que em 31 de dezembro de 2017, o Município de Chaves tinha um passivo na ordem dos 38 milhões de euros, e um custo anual de amortização da dívida que criava dificuldades de investimento. A trajetória da situação financeira do Município é aquela que todos já conhecemos e que o senhor Presidente da Câmara em todas as assembleias municipais reporta na informação enviada a este órgão. Em 2166 dias, além do muito que se fez em matéria de investimentos, em matéria de redução dos impostos sobre o património (IMI) com uma perda fiscal na ordem dos 1.8 milhões de euros, ainda foi possível reduzir a dívida do Município em 20 milhões de euros. A isto chamamos competência na gestão, visão estratégica, determinação na governação e foco no rumo a seguir. -----

- **O apoio financeiro aos produtores pecuários.** Não nos podemos esquecer desta medida, não só pela sua importância para os agricultores, mas também pelo facto de alguns membros desta assembleia dizerem que era ilegal! Esta foi uma medida que além de ajudar os agricultores do nosso concelho a terem um apoio igual ao dos concelhos vizinhos, e desta forma terem a mesma capacidade concorrencial entre si, possibilitou a melhoria do cumprimento das regras de saúde pública e bem-estar animal. Em 2022, este apoio financeiro implicou um esforço orçamental muito próximo dos 350 mil euros. -----

- **O apoio financeiro às juntas de freguesia.** Hoje os presidentes de junta sabem à partida com o que podem contar. Em 2018, o senhor Presidente da Câmara referiu nesta assembleia que assumiria com as juntas de freguesia um compromisso para o mandato, permitindo desta forma aos executivos das freguesias um planeamento mais adequado das intervenções a executar. Foi o início de uma estabilização da relação do município com as freguesias, renovada para o mandato 2021/2025 e que passado 6 anos, se traduziu num apoio financeiro acumulado de 5 milhões de euros. -----

- **O Rali do Alto Tâmega.** Hoje olhamos para o Rali da Água, uma prova já integrada no Campeonato de Portugal de Ralis, mas não nos podemos esquecer do percurso trilhado até cá chegar. Foram 5 anos, a caminhar de baixo para cima. Mais que uma prova de rali, este evento desportivo é hoje uma marca de Chaves. É verdade que a dinamização do turismo deve ser feita pela diversidade dos eventos, mas essencialmente pela sua excelência, e por isso temos cada vez mais a certeza que esta estratégia é o Rumo Certo. -----

- **O Festival N2.** Hoje podemos afirmar que temos um evento musical diferenciador, consolidado e de média dimensão. Iniciado em 2018 e ao aproveitar a marca Nacional 2, juntando a aventura à música foi claramente uma aposta ganha, nesta estratégia de diversidade e excelência dos eventos. -----

2019 -----

- **A requalificação do antigo Cineteatro.** Antes de falar nesta obra, relembro as duas tentativas que o PSD fez de vender este edifício, cuja aquisição foi feita na governação autárquica liderada pelo nosso Presidente da Assembleia Municipal. Reconhecemos que a conclusão desta obra já ultrapassou o limite temporal das expectativas iniciais, mas também sabemos que as vicissitudes encontradas foram muitas criando entraves e paragens que só com muita agilidade foi possível superar. Temos a plena convicção que a conversão do antigo Cine Teatro de Chaves num espaço multiusos, passará a ser um espaço de referência na região norte permitindo a realização de eventos culturais e lúdicos de maior dimensão. A devolução deste espaço, fechado há 37 anos, vai permitir também a valorização patrimonial do nosso centro histórico e do nosso recurso natural mais importante, a água, através da criação de um espaço de investigação e inovação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- **A assinatura do protocolo entre o Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado e o Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso.** A insistência e persistência do nosso Presidente junto do Ministério da Cultura, para que o espólio cultural do estado armazenado em Lisboa pudesse estar disponível para ser visitado em Chaves, foi uma conquista importante não só para a consolidação do MACNA no roteiro dos Museus de Arte Contemporânea, mas também uma forma de descentralização da cultura para os equipamentos culturais do interior do país. -----
- **A Requalificação da frente ribeirinha do Rio Tâmega.** Entendemos as críticas de alguns cidadãos mais dependentes do uso intensivo do automóvel, mas, apesar das críticas resultantes de alguma perda de estacionamento, o certo é que o resultado final da requalificação foi muito positivo. Chaves dispõe hoje de uma nova zona pedonal de excelência, onde foi possível conciliar o uso do automóvel com um forte incremento da área pedonal. -----
- **A criação do Posto de Turismo do Alto Tâmega.** O início de muitas outras visões acertadas que os Presidentes das Câmaras do Alto Tâmega tomaram teve o seu prólogo com esta decisão. Fazendo uma retrospectiva, podemos hoje dizer que além da localização deste equipamento num dos espaços nobres da nossa cidade e da sua beleza estética, a existência de um posto de turismo supramunicipal foi uma aposta ganha no aumento da duração da estadia dos turistas na região do Alto Tâmega. -----
- **A criação da rede urbana de geotermia.** Mais uma vez o Município de Chaves a ser pioneiro e a mostrar audácia nas decisões tomadas. Este é um projeto que colocou a nossa cidade no mapa nacional, pois além de passarmos a ter a maior rede urbana de geotermia do país, estamos também a beneficiar de uma fonte de energia renovável e limpa e a reduzir os consumos da fatura energética. O primeiro passo foi dado, e esperamos que haja condições para que no futuro esta rede se possa expandir, salvaguardando sempre a sustentabilidade do recurso natural. -----
- **A nova piscina municipal.** Sabemos bem das dificuldades que este executivo tem tido quanto a este projeto. Às vezes parece que o tempo passa e nada acontece, mas felizmente esta assembleia tem sido informada do trabalho junto das entidades governamentais que têm competência para o seu licenciamento. Houve anos em que nada foi feito e havia fundos comunitários disponíveis para estas obras e muitos outros concelhos aproveitaram. Depois não havia recursos financeiros disponíveis para uma obra desta dimensão. Felizmente agora não estamos perante este constrangimento, e tem sido a complexidade dos projetos de execução e a complexidade das autorizações junto da Agência Portuguesa de Ambiente (APA) a dificultar o lançamento do concurso público para que o início da obra se possa concretizar. -----
- **O Centro Coordenador de Transportes.** Esta obra consideramos que não é relevante do ponto de vista estratégico, mas temos de lembrar que a sua execução permitiu a concretização duma obrigação no âmbito do Plano de Pormenor da Fonte do Leite e do contrato com a empresa A Santo. Num ato político responsável e para que não houvesse uma litigância futura com os implícitos riscos financeiros, era responsabilidade do Município executar os compromissos assumidos. -----
- **A Ecovia entre Chaves e Vidago.** Este é uma obra de particular importância para os amantes da natureza, das caminhadas e das bicicletas. Ter uma ciclovia que atravessa todo o concelho, desde a fronteira com Espanha até ao limite com Vila Pouca de Aguiar, numa extensão superior a 40 km, é uma mais valia diferenciadora que veio valorizar o turismo de natureza. -----
- **A requalificação do parque escolar.** Foram várias as pequenas intervenções de requalificação executadas, destacamos as intervenções na Escola Secundária Fernão Magalhães, no jardim de infância de Vidago, da Escola Básica do Caneiro. Lembramos ainda o apoio do Município para a requalificação e reabertura da nova creche e berçário da Santa Casa da Misericórdia em Vidago. -----



2020 -----

- **O Parque Infantil do Tabolado.** Esta obra dispensa apresentações. As críticas dos pais ao mau estado do parque infantil do Tabolado eram justas e daí a necessidade evidente da sua requalificação. Hoje podemos dizer que Chaves dispõe de um parque infantil que nos enche de orgulho e que faz felizes as crianças que por lá passam. Lamentamos que o uso às vezes irresponsável, e que comportamentos de alguns jovens tenham posto em causa a sua fruição e uma necessidade de reabilitação. -----

- **Reforço no apoio às Corporações de Bombeiros.** O trajeto iniciado em 2020 permitiu-nos que hoje existam 6 Equipas de Intervenção Permanente, duas por cada corporação de bombeiros. O apoio financeiro global às 3 corporações representa hoje um valor superior a 300 mil euros, quando em 2017 se cifrava em 105 mil euros. Se é certo que estamos perante um apoio histórico do Município às Corporações de Bombeiros, também é notório que esse apoio se tem traduzido numa colaboração muito mais próxima e mais eficaz por parte das Corporações de Bombeiros. -----

- **O parque empresarial de Chaves.** Quem o viu e quem o vê. Em 2017, tínhamos um parque empresarial abandonado e sem rumo. 6 anos depois as diferenças são mais que evidentes. O Município confia nos seus empresários e os empresários olham para o Município como um parceiro e um agente ativo a colaborar na criação de riqueza e emprego. Na campanha de 2017 o PS prometeu a criação de 500 novos postos de trabalho para o mandato de 2017/2021! Temos memória de quando em 2018 e 2019 a oposição criticava o populismo da proposta. Em finais de 2020 esta crítica deixou de se ouvir, porque terá acontecido? Podíamos falar nas empresas já instaladas e nos milhões de euros de investimento privado realizados. Podíamos falar nas empresas que têm obras em execução e nas que estão a dar os primeiros passos para concretizar os seus investimentos. Mas, o mais importante é salientar que quem quer investir em Chaves e criar emprego e riqueza para o concelho, tem no Município um parceiro que está sempre do lado da solução e não do problema. Para os mais descrentes, o melhor é fazerem uma visita ao parque empresarial para verem a magnitude das mudanças. -----

- **O investimento na renovação dos sistemas de abastecimento de água.** Foram várias as obras de requalificação urbana concretizadas onde se executou a substituição da rede e ramais de água e saneamento, ao contrário do que acontecia no passado e que pode ser constatado em obras como na Avenida do Estádio, Avenida Rui e Garcia Lopes e Rua do Rajado. Graças a estas medidas foi possível diminuir de forma consistente as perdas de água do sistema de 70% para próximo dos 50%. Sabemos que ainda há muito caminho a percorrer, mas tudo o que tem sido feito, foi feito apenas com os recursos financeiros do Município, ou seja, sem financiamento comunitário. Foi também graças a esta melhoria na eficiência do sistema que foi possível não fazer repercutir nos consumidores, o efeito da inflação e o aumento da taxa de recursos hídricos (TRH) e da taxa de gestão de resíduos (TGR), que na globalidade representariam mais do que os 10% prometidos no programa eleitoral de 2017. -----

2021 -----

- **Piscinas termais ao ar livre.** Este vai ser seguramente um equipamento terapêutico e turístico de excelência e uma referência nacional. Falamos de uma aposta excepcional, singular e diferente, que permitirá incrementar a relevância económica e social do setor do turismo e colocar Chaves como a primeira cidade do país com uma piscina termal ao ar livre. Esperamos que em 2024 seja possível o seu uso pelos Flavienses e por quem nos visita. -----

- **Construção da Casa Mortuária (Centro Ecuménico).** Mais uma obra que vinha sendo prometida há décadas e que em 2024 será uma realidade. Parece-nos que esta foi uma decisão acertada, quer quanto à sua localização, quer quanto ao modelo. Com esta decisão a cidade vai dispor de um espaço onde todas as religiões vão poder velar os seus familiares e amigos, num ambiente de privacidade e conforto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- **Construção do Centro de Recolha Oficial de Animais de Chaves (CROAC).** Mais uma obra que nos deve encher de orgulho e que vem confirmar que Chaves está no Rumo Certo. O nosso concelho dispôr de uma infraestrutura para acolhimento e promoção do bem-estar animal era uma lacuna com décadas. Se havia dúvidas sobre a necessidade desta infraestrutura basta verificarmos que houve uma redução muito significativa de animais errantes a deambular na via pública, após a abertura deste equipamento. -----

- **Cumprir a execução das propostas vencedoras dos Orçamentos Participativos.** Não fazia sentido o Município continuar a atirar areia para os olhos dos Flavienses. Se passado 3 anos nem uma única proposta da componente de empreitada estava realizada, foi tomada uma decisão de respeito pelo voto dos cidadãos. Para o executivo do Partido Socialista esta é uma ferramenta estratégica do reforço do envolvimento dos cidadãos nas dinâmicas de governação do concelho. Face a esta posição, a suspensão dos orçamentos participativos na componente de empreitada foi uma medida de bom senso, e hoje olhamos para trás e vemos que, com exceção da proposta vencedora de 2022, todas as restantes estão concluídas ou em fase de conclusão. -----

2022 -----

- **Investimento de 11 milhões de euros para modernização do Parque Empresarial de Chaves.** Este investimento no parque empresarial visa proporcionar um incremento da sua valorização quer na dimensão tecnológica, quer na dimensão de maior sustentabilidade energética. Estamos confiantes que, os passos dados na valorização desta infraestrutura vão no caminho certo, ficando a faltar o aumento da potência energética instalada, para que novas indústrias e empresas se possam instalar. A dinamização desta infraestrutura é, e será no futuro, uma alavanca importante para a criação de emprego e riqueza tão necessária para a fixação das populações mais jovens e qualificadas. -----

- **Regresso do Ensino Superior Público.** A instalação da Escola de Hotelaria e Bem-Estar abriu um novo ciclo na vida do ensino superior em Chaves e uma esperança para todo o território do Alto Tâmega. Se ao incremento da área formativa juntarmos o projeto do campus universitário, que se traduzirá na garantia de uma residência universitária, para dar aos alunos as melhores condições para os albergar, podemos afirmar que esta vontade do IPB se instalar em Chaves não é uma decisão efémera e de circunstância, mas sim uma decisão madura e de compromisso com Chaves e com o Alto Tâmega.

- **Redução dos processos de contencioso judicial.** Resolvido, em 2018, parte do diferendo com as Águas do Norte, o acordo que foi obtido com a empresa Empark, foi também de enorme importância para o Município, pois pôs fim a um litígio que já durava há 18 anos e onde havia um risco de indemnização superior a 3.3 milhões de euros. Se em 2017 a autarquia tinha 47 processos com um risco de impacto financeiro superior a 16 milhões de euros, neste momento o número de processos resume-se a 1 dezena com um risco financeiro na ordem dos 3 milhões de euros, sendo que nestes 3 milhões de euros só o contencioso com as Águas do Norte sobre os mínimos representa cerca de 2.2 milhões de euros. -----

2023 -----

- **A requalificação da Estrada Municipal 507 Chaves-Montalegre.** Apesar do início da requalificação ter sido iniciado em 2020, num troço de 1.5 km, entre Soutelinho da Raia e o limite do concelho de Montalegre, sabemos que, neste momento, a empreitada aguarda o visto do tribunal de contas para que a requalificação do troço Chaves-Soutelinho da Raia se inicie. Deixamos esta reflexão: seria possível em 2017 o Município de Chaves fazer uma obra de mais de 3 milhões de euros usando exclusivamente capitais próprios, sem recurso a qualquer financiamento bancário? ---- Temos consciência que ainda existem propostas por executar, quer dos principais compromissos de 2017, quer dos compromissos de 2021. Falta concretizar as piscinas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

municipais cobertas, a requalificação da Estrada Municipal 314 (Chaves-Carrazedo de Montenegro), a construção do Pavilhão Multiusos, a conclusão da ligação rodoviária entre a A24 e o Hospital, a intervenção na cobertura do Museu das Termas Romanas e a requalificação ambiental do Rio Tâmega. O Partido Socialista tem plena consciência que estes compromissos são de importância estratégica para o desenvolvimento do nosso concelho e por isso o senhor Presidente da Câmara tudo fará para os concretizar. Estamos certos que estes compromissos não estão esquecidos e talvez já estejam a ser tomadas diligências para que os mesmos sejam muito em breve uma realidade. Estamos a 2 anos do término deste mandato, e por isso perguntamos se é possível dar a esta assembleia alguns esclarecimentos sobre o seu ponto de situação destes compromissos eleitorais. -----

Podíamos referir muitas outras obras executadas e medidas implementadas, mas estas parecem-nos mais que suficientes para demonstrar que o Concelho de Chaves Acordou e está hoje no Rumo Certo. -----

Termino com uma nota para o Prof Cavaco Silva. Não nos revemos no seu estilo presunçoso de fazer política. Um político que tudo sabe e que raramente se engana. Mas deixamos-lhe dois desafios: O primeiro desafio é que venha a Chaves para tirar os apontamentos para a 2.ª edição do seu livro “a arte de bem governar”. O segundo é que considere a introdução dum novo capítulo que sirva de reflexão ao PSD de Chaves e o qual se poderá chamar – Chaves teve de acordar porque o PSD não teve competência para governar.” -----

Vítor José Gomes, pelos **Independentes**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia, saúdo o senhor Presidente da Mesa, restantes membros da Mesa, o senhor Presidente da Câmara de Chaves Dr. Nuno Vaz, senhores Vereadores e senhora Vereadora, senhores Presidentes de Junta e todos os restantes presentes. -----

“Caros flavienses, na Assembleia Municipal Ordinária, de 28 de fevereiro de 2023, foi questionado o porquê da Associação Portuguesa O Samurai, não ter recebido verba desportiva em 2022, quando tinha sido dito que iria receber. Em 2023 essa questão também não teve nenhuma resposta. O senhor Presidente da Câmara de Chaves, Dr. Nuno Vaz, mencionou que pensava que havia falta de documentação referiu também que já tinham ajudado em eventos e que não pagávamos nada pela sala onde está sedeadada a associação. -----

Falou, falou, mas nada disse. Pois a questão que foi feita nada tem a ver com as respostas. Pois sim, a Associação está num espaço que pertence o Município e não pagamos renda, mas fomos nós que restaurámos a sala degradada e mesmo assim a mesma encontra-se com poucas condições. O Município apoiou em 2 eventos que foram organizados em Chaves. Um em 2018, uma prova nacional dando na RTP2 e outra em 2019, uma prova a nível mundial, dando também na RTP2 e em Tv internacionais. Valor financeiro, diretamente para a associação, recebeu, somente em 2021. Assim sendo, qual o porquê de terem dito que íamos receber em 2022, não foi dado e este ano igual. Foi entregue toda a documentação, várias vezes. Fui pessoalmente ao Centro Cultural saber o que se passava, pois, a dada altura foi enviado um email a referir falta de documentação. Foi reencaminhado novamente tudo e nem resposta. No Centro Cultural disseram que já não estavam com essa pasta que era o Dr. Júlio Alves na Câmara Municipal de Chaves. Fui ter com o Dr. Júlio Alves, o qual me disse que não era ele. Eu perguntei, então, como era, pois não é ninguém. Enviei emails que foram entregues o Dr. Nuno Vaz, Dr. Francisco Melo, Dr. Júlio Alves, no geral e mais e isto funciona tão bem que nem se dignam a responder nem em tempo legal. E ainda dizem que não têm a documentação quando foi enviado para vários emails e no Centro Cultural confirmaram que tinham recebido tudo. Se isto não é estranho, não sei. Mas já disse anteriormente e volto a dizer não quero acreditar que esta situação se trate



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

de uma represália pois, ao tentarem cortar as pernas a esta associação, a comunidade flaviense será a maior prejudicada, uma vez que é para esta que a associação em questão está direcionada. Volto a lembrar os presentes que talvez esta associação flaviense seja das poucas, ou mesmo a única, que em 2022 deu aulas gratuitamente a todos os atletas, tendo os mesmos ficado também isentos do pagamento das cotas federativas e seguro desportivo. Esta iniciativa da associação teve por âmbito incentivar os jovens e menos jovens a retomar o desporto, devido ao COVID 19 e tudo isto sem apoios.” -----

António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -- Muito bom-dia, queria iniciar a minha intervenção, começando por cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta da Freguesia, todos os restantes presentes, votos de um bom-dia para todos. Foi notícia, há uns dias, que foi emitido parecer favorável condicionado da exploração de lítio em Montalegre pela comissão de acompanhamento do estudo de impacto ambiental. Quero dizer que, enfim, foi dado um passo no sentido de se avançar efetivamente com este projeto. Este projeto, que é um projeto sediado no Concelho vizinho, é um projeto de interesse nacional e que tem repercussões também a nível regional e a nível local, repercussões que todos desejamos que sejam mais positivas do que negativas. É por isso que são feitos estes estudos, justamente para acautelar as medidas, pelo menos, de minimização e compensação por uma intervenção tão significativa no território. Lembro, aliás, muito recentemente, no sábado passado, num jornal de expressão nacional semanal, um antigo responsável da área económica do País, referia não só a importância que pode ter para o País, de facto, este recurso geológico face, digamos, às preocupações ambientais e energéticas que se colocam em todo lado. Mas, dizia esta pessoa que o modelo empresarial devia contemplar a participação das autarquias envolvidas e da parte pública no capital da empresa mineira com uma minoria de bloqueio que garantisse a criação de valor para a região e o cumprimento rigoroso das diretivas ambientais mais exigentes. Este modelo, tanto quanto eu sei, não foi delineado de início, suspeito mesmo que estaremos longe deste modelo de gestão participada com envolvimento das Autarquias locais ou da Comunidade Intermunicipal a que nós pertencemos. É, aliás, não deixa de ser curioso, que já há muitos anos um projeto semelhante no Baixo Alentejo, há uns 40 anos, que tinha a ver com a exploração de cobre, na zona de Almodôvar, Aljustrel pela Sómicos, que se falou justamente na perspetiva da criação de valor na implantação de uma fábrica também de produção de cobre e não somente de extração mineira, que, no fundo, é enviar o minério para o estrangeiro, onde outros depois o trabalham e que produzem, digamos, o cobre já preparado para ser utilizado aqui mesmo. Parece-me que estamos perante a mesma situação, vamos produzir, vamos extrair minério e vamos enviar para outros países que já se prepararam para a instalação de fábricas para a produção de baterias, neste caso. Não sou daquelas pessoas que dizem que o lítio, as baterias de lítio estão condenadas no curto prazo ou médio prazo. Não sei o suficiente para o dizer, há outros concorrentes, digamos, nesta corrida energética, como por exemplo, o hidrogénio, não sou especialista, estou atento aos desenvolvimentos, o que é que se passa pelo mundo e nestas matérias não há como ver, se calhar, os principais utilizadores de energia, os grandes países é para onde é que eles estão mais virados e mais preparados, não sei, vamos lá ver no curto/médio prazo, acho que pode ser uma solução, não estou seguro que no futuro seja uma solução. De qualquer forma, este estudo de impacto ambiental diz que o potencial de extração da mina, se não me engano, do Romano é de 15,7 milhões de toneladas de minério. Se bem que, depois o estudo de impacto ambiental não avalia aquilo que no projeto consta, que pode ir até 30



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

milhões de toneladas de minério. E, portanto, o projeto diz isso, mas a incidência ambiental foi feita só sobre uma primeira fase de 15,7 milhões de toneladas que pode levar alguns anos, mas seguramente durante 10 anos de extração e de transporte para outros países, penso que os municípios vizinhos de Montalegre estarão sobrecarregados com camiões de transporte de minério para cima de 20 toneladas, portanto, com todo o desgaste, com todo o impacto de ruído, desgaste de pavimentos, etc, que isso pode significar. Teremos, provavelmente, senhor Presidente, a tal estrada 507 entre Chaves e Montalegre, não sei se estará preparada no seu projeto de reabilitação para aguentar esta intensidade de esforço, e não sei mesmo, se não devia ter sido alvo de uma contrapartida justamente para que ficasse o Município desonerado deste investimento e pelo menos parcialmente participado pela entidade promotora desta exploração. Há preocupações, ouvi dizer, mas não estou seguro que a própria Comunidade Intermunicipal, ainda ficou de elaborar um parecer sobre o problema da possível contaminação das águas, especialmente em direção ao Rio Beça, parece que estão previstos uns tanques de decantação do refugo do minério que é tratado, estamos a falar de uma exploração que, no mínimo, vai utilizar 2 milhões de litros de água por dia, 2 milhões de litros por água de água por dia e nos períodos máximos que coincidem com os períodos de menor disponibilidade de água no País e na Região, que é o período de agosto, pode ir a 4,5 milhões de litros por dia. E, portanto, não sei se a água vai ser captada ao Alto Rabagão, à Albufeira da barragem do Alto Rabagão ou não. De qualquer modo, estamos a falar de grandes quantidades de água que terão correspondentes grandes descargas de águas residuais que desejamos que estejam salvaguardadas em termos dos riscos de contaminação para o meio ambiente. -----
Recordo que o minério que é extraído não tem só lítio, tem também outros elementos considerados, digamos, elementos de grande toxicidade e perigosidade para a saúde pública e, portanto, há que ter, digamos, uma redobrada atenção sobre estes tanques de decantação e forma de garantir que não há acidentes na descarga, como já aconteceu em muitos outros Países, nomeadamente, estou a lembrar-me, há pouco tempo no Brasil uma chamada barragem de rejeitados que é para onde vão estes produtos rejeitados da extração mineira que colapsou e provocou um desastre ambiental de grandes proporções. -----
Portanto, senhor Presidente, ficam aqui as minhas reflexões, as minhas preocupações e também a proposta no sentido de que, eventualmente, devemos estar à altura de reclamar um maior envolvimento, uma maior atenção às contrapartidas, não só do Município em causa, mas também dos Municípios envolventes, no fundo, em toda a Comunidade Intermunicipal. Muito obrigado senhor Presidente. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia, a todos, cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara e na pessoa deles todos os membros da Assembleia. Eu fazia só um comentário telegráfico sobre a intervenção, grave não é que um País saiba os seus recursos, grave não é um País utilizar os seus recursos, grave é que sejam as multinacionais a virem beneficiar com esses recursos. O histórico é que as multinacionais mineiras têm muito pouco respeito pelas populações e têm muito pouco respeito pelo ambiente. Vai haver impactos e vão ser sérios por parte de empresas, que pelo seu histórico, o respeito que têm pelas populações e pelo ambiente é zero, o respeito que têm pelos lucros é muito, todas as medidas que façam são aquelas que lhes serão impostas de dar umas migalhas para aqui ou para ali. Nós estamos nos 50 anos do pós 25 de abril e vivemos um período terrível, um período em que o salário não dá para viver, um período em que a habitação se torna inacessível para os jovens que constituem família, é um empreendimento que em Portugal é cada vez mais difícil, a desregulação do mercado de trabalho está aí, a dificuldade no acesso às creches. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Governo, muito condicionado pela CDU, aprovou a questão das creches infantis gratuitas, mas a conta-gotas vai subindo a resposta pública dessas mesmas gratuidades, criando situações que, em muitos casos, estão a dar dificuldades adicionais aos jovens pais de colocar os seus filhos nas creches, não é assim que se promove a natalidade, não é com salários baixos, não é com falta de acesso à habitação, um País que tem a vergonha de ter a situação que tem na educação, que tem a situação em que todos os dias é notícia de professores colocados que não têm rendimentos no sítio onde são colocados para ter uma vida minimamente digna, alguns com mais de 50 anos de idade. Há tantos anos que nós dissemos que a educação era uma prioridade e tão pouco fazemos no concreto para dar dignidade aos profissionais. Nós temos visto um fio condutor na educação, na saúde, investimento em infraestruturas que existem muito à custa de fundos europeus e que é bem delimitado e uma falta de investimento em recursos humanos, em salários e em condições de trabalho, que é inaceitável. Vamos ter um ponto de discussão em relação à questão da saúde, é bom percebermos que o essencial que está em cima da mesa, chama-se salários e condições de trabalho dos profissionais de saúde, quem olhe para a atuação do Governo, visto de fora, parece que o objetivo do Governo é desmantelar o Serviço Nacional de Saúde. A CDU alertou aqui várias vezes e a situação é explosiva hoje, amanhã, depois de amanhã, por quê? Porque temos todos os hospitais a anunciar encerramento de urgências, Bragança já anunciou que acabam as urgências, provavelmente, Guarda já anunciou, a pediatria anunciou que fecha a urgência em Chaves se não se resolver este conflito nos próximos dias, não é nos próximos meses, é nos próximos dias. E vamos ver como é que ficam os serviços de urgência e os cuidados intensivos, isto é uma situação gravíssima, perante uma reforma. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, esclareceu e respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Muito bom dia, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Secretário, senhora Secretária, excelentíssimos senhores Vereadores e senhora Vereadora, digníssimos Membros desta Assembleia Municipal, senhores e senhoras Presidentes de Junta e União de Freguesia, público presente, representantes de comunicação social e, necessariamente, também quem nos dá suporte técnico à realização desta Assembleia Municipal. Hoje, cumprimos mais uma obrigação regimental, a de realizar uma sessão da Assembleia Municipal ordinária, tratando-se, por isso, da penúltima deste ano civil, mas, de qualquer das formas, é aquela que define quase o equinócio no mandato da governação que tem a ver com este mandato 2021/2025, tendo em atenção, todos se lembrarão que há pouquíssimo tempo, no dia 26/09/2021 aconteceram eleições autárquicas no nosso Concelho e dessas eleições resultaram um conjunto de eleitos que fazem, hoje, parte dos diferentes Órgãos Municipais, designadamente este aqui onde nos encontramos, mas também o Executivo Municipal, mas também os Órgãos das Freguesias, Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia. E, portanto, estamos certamente a celebrar e a cumprir abril e, sobretudo, a celebrar o poder Autárquico Local que é fundamental em todo este processo de organização e de provisão de respostas com proximidade aos nossos concidadãos. Dizer que tivemos oportunidade pela intervenção que foi feita pelo membro desta Assembleia Municipal, Júlio Alves, do PS, de termos aqui uma síntese daquilo que foram muitas das realizações e iniciativas que foram concretizadas não apenas nos últimos 2 anos, mas nos últimos 6 anos que levamos de Executivo Municipal e que, naturalmente, muito nos orgulham e que permitem apresentarmo-nos aos nossos concidadãos, com o sentido do dever cumprido e, sobretudo, com a perspetiva da confiança para o que há para fazer e todos nós sabemos que há muito para fazer. E, portanto, não vou fazer nenhuma anotação especial sobre as realizações e os investimentos que foram sendo identificados e da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

sua relevância para as respetivas comunidades, ainda assim, vou tentar responder àquilo que foram os questionamentos aqui suscitados. Falamos de alguns dos investimentos importantes para o Concelho e que, verdadeiramente, tardam em ser executados, nalguns casos há décadas, como caso da Piscina Municipal coberta. Sabemos todos que se trata de uma ambição da comunidade e constituiu, durante muitos anos, uma promessa eleitoral de muitos partidos, alguns dos quais com grandes responsabilidades autárquicas. A verdade, é que continuamos a ter hoje, em 2023, uma velhinha Piscina Municipal construída no início da década de 80 e que vai cumprindo com muita dificuldade a sua função. Por isso, iniciámos este processo, sabendo da exigência que o mesmo tem sob o ponto de vista técnico, mas também sob o ponto de vista orçamental e financeiro. E, por conseguinte, existe um percurso que já foi cumprido, faltando, naturalmente, promover os restantes passos subsequentes para que um dia esta obra possa ser realidade. Ao longo dos últimos dois anos, fui dando conta das muitas dificuldades que foram sendo suscitadas a propósito da requalificação e ampliação deste equipamento desportivo, onde se discutiu as condições e os pressupostos subjacentes à possibilidade de fazer uma ampliação naquele espaço físico, em função da proximidade ao Rio Tâmega. Depois de diversas respostas a um conjunto de riscos subjacentes a uma solução de ampliação, encontra-se hoje consolidada a decisão de ampliação da piscina atual, com a vantagem decorrente da circunstância de existir a possibilidade de aproveitamento de algumas das infraestruturas pré-existentes, mas, sobretudo, permitindo climatizar a piscina com base em energias renováveis, combinando energia geotérmica e solar, que permitirá certamente contribuir para a sustentabilidade económica ou financeira da despesa corrente deste equipamento, mas também para o contributo que nós temos todos que dar para, digamos, a descarbonização. -----
Portanto, encontra-se hoje estabilizada esta solução sobre a possibilidade de fazer a ampliação deste equipamento construindo uma Piscina semiolímpica, encontrando-se agora em fase de elaboração de projetos de especialidade, sendo expectável a possibilidade de lançamento do concurso no decurso do primeiro semestre de 2024. Estamos comprometidos com essa obra, estamos muito comprometidos com esse investimento e hoje vou aqui reiterar esse compromisso, afirmando que o mesmo avançará com uma solução do empréstimo, se necessário for, para concretizar este investimento que, como sabem, terá um investimento sempre na ordem dos 10 milhões de euros. Relativamente ao acesso prioritário ao Hospital, sabemos bem que ainda falta concretizar 2 lanços, um dos quais tem a ver com a construção de uma obra de arte que possa permitir ultrapassar o Ribelas, e sobre isso gostaria de partilhar a experiência mais recente. Esse processo integra a necessidade de elaboração de projetos, mas também a necessidade concretizar expropriações, com uma complexidade técnica e financeira correlacionada com este tipo de ações. Uma das componentes, a da travessia sobre o Ribelas, cujo projeto foi elaborado em 2017, carecia de uma revalidação do título junto da APA, a fim de permitir essa intervenção, sendo que a decisão obtida posteriormente foi desfavorável, com o argumento que seria necessário repensar a solução, designadamente, quanto ao seu diâmetro. Nesse contexto, foi possível evoluir numa solução, apesar das multiplicidades de argumentos, também com alguma perplexidade à mistura, encontrando-se agora a ser desenvolvido o projeto que custará algumas dezenas de milhares de euros, mas, sobretudo, o que mais me preocupa é que esta alteração pode custar entre 300 e 500 mil euros a mais e, portanto, estaremos a falar de um investimento muito significativo. Na primeira Assembleia de 2024 estaremos já em condições de poder partilhar com Vossas Excelências, aquilo que possa ser o encargo subjacente ao primeiro dos dois troços daquele que será o acesso prioritário ao hospital. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Dizer também que, relativamente à intervenção na Estrada Regional 314, que liga Chaves a Carrizado de Montenegro, uma estrada da responsabilidade Municipal, objeto de transferência da Administração Central para a Administração Local, a nossa intenção inicial passou por procurar uma solução de uma reabilitação limitada, sem necessidade de elaboração de projeto, tendo sido constatado que a mesma tem um conjunto de problemas associados, sobretudo no que aos muros de sustentação e outras questões críticas diz respeito, que exigem que nós tivéssemos de elaborar um projeto para esta via, encontrando-se, neste momento, em fase de procedimento de contratualização da requalificação desta via que, numa primeira abordagem, ainda meramente de uma estimativa não muito rigorosa, nos dirá que pode ser um investimento entre 6 a 7 milhões de euros. O valor de investimento constitui um motivo de preocupação, porque como já foi dito em momentos anteriores, não existe qualquer recurso e instrumento financeiro de cariz comunitário ou outro que permita auxiliar os municípios na concretização desta sua responsabilidade municipal, e, portanto, temos aqui, seguramente, mais um desafio pela frente. Para o podermos vencer teremos que ver como é que o vamos financiar, mas, seguramente, iremos vencê-lo, porque, de facto, se trata de uma necessidade premente e imperiosa, porque ela se encontra, verdadeiramente, a precisar de uma intervenção. Também queria partilhar com vocês outra reflexão, nós fizemos de uma forma muito pouco profunda, perfunctória, uma análise sobre aquilo que seriam as necessidades de requalificação das muitas vias municipais que nós temos. E o resultado que obtivemos ronda entre 20 a 30 milhões de euros, constituindo uma preocupação adicional, por aquilo que eu disse anteriormente, a falta de financiamento externo e por outra circunstância que se encontra relacionada com a urgência e a necessidade de muitas dessas intervenções. São urgentes, porque há mais de 20 ou 30 anos que não têm qualquer processo de requalificação concretizado. E, portanto, temos aqui mais uma exigência que terá que ser programada, terá que ser objeto de um planeamento a 5, 10 anos para que nós possamos ter a capacidade de fazer essa requalificação, porque ela é necessária não só por razões de mobilidade, mas também por razões de segurança rodoviária. Depois, a cobertura das Termas Romanas, que como sabem, se constitui como outro assunto que preocupa todos, porque é um espaço central muito importante na urbanidade, mas também na dimensão turística da nossa Cidade e do nosso Concelho. E agora que se encontra definitivamente resolvida a questão da utilização e da fruição do Museu das Termas Romanas, importa necessariamente fechar aquela solução. Para isso, como sabem, o ano passado, desenvolvemos uma iniciativa que foi o lançamento de um concurso de ideias que nos permitiu coligir algumas soluções para aquele espaço. Em resultado disso, iniciámos já a contratualização e celebramos o contrato para a elaboração do respetivo projeto, projeto esse que tem como ideia base a execução de um jardim, um jardim naturalmente sem um grande impacto, porque ele terá que ser necessariamente ligeiro, até pelas condições em que ele vai ser executado, mas a verdade é que, numa primeira fase, ele foi objeto de parecer desfavorável da Direção Regional de Cultura do Norte, por razões de cariz estético. Foi necessário fazer uma discussão e uma concertação, a fim de permitir a estabilização de uma solução, encontrando-se agora na fase final de elaboração do projeto de execução, para que, desejavelmente, possamos, até ao final do ano em curso, lançar a respetiva empreitada para a requalificação daquele espaço que se converterá num jardim. A estimativa que temos, neste momento, é que esta intervenção rondará cerca de 300 mil euros, tendo a expectativa de que o mesmo seja do agrado de todos os flavienses, sendo que a solução encontrada encontra-se condicionada por razões do próprio local, designadamente a compatibilização entre a estética do novo jardim e as infraestruturas de mitigação da problemática da condensação do Museu das Termas Romanas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Depois, queria também dizer que relativamente ao pavilhão multiusos é, quiçá, o desafio mais complexo e aquele que está verdadeiramente mais atrasado. Como sabem, nós temos em fase de conclusão um pequeno multiusos que funcionará no antigo edifício do Cineteatro e esperamos no decorrer do primeiro semestre de 2024 poder disponibilizá-lo à comunidade. Mas, a verdade, é que esse multiusos permitirá a execução e a promoção de um conjunto de iniciativas de âmbito mais artístico, pequenos espetáculos, pequenas peças de teatro, alguns concertos, porque a capacidade máxima de lotação desse espaço de pé anda entre os 1700 e 1800 pessoas, mas também permitirá a realização de algumas iniciativas de promoção de produtos locais. Portanto, nascerá, no próximo ano, um espaço multiusos que, embora não se trate verdadeiramente do multiusos que ambicionamos, nem é o espaço que nós gostaríamos de ter para poder incrementar e disponibilizar a multiplicidade das nossas associações, um espaço para a prática de um conjunto de modalidades amadoras, mas também algumas delas federadas, permitirá albergar iniciativas de dimensão significativa. Nesse contexto, temos a intenção de iniciarmos o dossier, durante o próximo ano, avançando para a contratualização de um projeto que tem uma ideia de base, que permita edificar um equipamento, que combine uma dimensão desportiva e uma dimensão mais esporádica de espaço para a promoção de um conjunto de certames de atividades e de iniciativas de promoção dos nossos produtos locais. Posto isto, queria partilhar com Vossas Excelências aquilo que diz respeito ao ponto de situação de cada um dos processos e temos muitos, plasmada não apenas pela informação partilhada convosco relativamente às empreitadas em curso, mas, sobretudo, a um conjunto muito significativo de projetos em carteira com vista ao lançamento de uma multiplicidade de empreitadas, umas de pequena dimensão, outras de grande dimensão, mas todas elas muito importantes para a resolução de um conjunto de problemas muito importantes para os nossos munícipes. -----

Depois, quanto à intervenção que foi feita pelo membro desta Assembleia Municipal, Vítor Gomes, antes do Chega, hoje, independente, enfim, nós sabemos bem qual é o timbre do Chega, mas mais importante do que as palavras são os factos. Vamos então aos factos: Eu disse na última Assembleia Municipal, e reitero hoje, que, de facto, não foi efetuada qualquer concessão de apoio financeiro à associação que representa, à associação Samurai, porque esta associação não cumpriu, continua a não cumprir as obrigações subjacentes à atribuição de subsídios. Como sabem, os apoios financeiros dependem de um conjunto de requisitos, vários, desde questões de organização da própria associação, de regularidade de funcionamento, de questões fiscais, de questões da segurança social, de dimensões associada ao plano de atividades, relatórios de execução do plano de atividades. E, portanto, só assim é que é possível conceder apoios, porque só assim é que legalmente estaremos a dar tradução ao Regulamento Municipal, mas também a um conjunto de normativos legais, designadamente em matéria de despesa. Portanto, os serviços municipais têm interagido com esta associação e, nesse contexto, dizer que a última interação se concretizou através de ofício remetido para a Associação Portuguesa do Samurai, designadamente para a sede da associação localizada na Rua Dom Jerónimo de Ataíde, antiga escola número 4, Campo de Cima, que é uma edifício afeto à escola primária, propriedade do Município, e que é usada por esta associação de forma partilhada com outras duas, onde se informava que “Na sequência do pedido vimos por este meio informar que, relativamente ao ano de 2022, foi atribuído apoio em espécie, na cedência continuada do espaço sito na Rua Dom Jerónimo de Ataíde antiga escola do Campo de Cima, na União de Freguesias de Madalena e Samaiões”. Relativamente ao ano de 2022, verificámos que não foi entregue toda a documentação necessária à apreciação do mesmo, nos termos das normas aplicáveis, pelo que não reuniu a associação as condições exigíveis para a tomada de decisão por parte do Município. Quanto à entrega de toda a documentação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

solicitada, lembramos Vossa Excelência o ofício número 6 da Divisão Juventude e Desporto 2022, de 4 de abril, enviado por e-mail em 6/04/2022, que se anexa cópia, onde foi solicitada documentação, tendo em vista a apreciação do assunto em apreço, encontrando-se em falta até à presente data os seguintes documentos: Relatório de execução do apoio atribuído pelo Município de Chaves no ano de 2021, no valor de 3 500 euros, falta o relatório de execução das atividades relativas a este ano, plano de atividades da associação para o ano de 2022 e orçamento aprovado em Assembleia Geral quantificando os apoios que requer do Município, por último, último relatório de contas aprovado em Assembleia Geral. Portanto, estas são as condições e as documentações necessárias para que se possa evoluir para avaliação do pedido. Vejamos agora, então, os apoios de que esta associação beneficiou do Município de Chaves nos últimos anos, desde 2017, para além dos apoios em espécie, como já disse da sede, e é preciso reconhecer, que nesta sede, o Município tem feito algumas intervenções de âmbito limitado, mas, ainda assim, vai fazendo algumas intervenções. Depois dizer que sempre que a associação fez qualquer iniciativa, o Município disponibilizou o pavilhão gimnodesportivo para que as iniciativas fossem concretizadas e, portanto, isso também constitui apoio. Mas vamos agora ao apoio financeiro, ano de 2016, apoio de 500 euros, o apoio efetuado não foi por mim, mas sim pelo anterior Executivo, ano de 2017, apoio de 500 euros, ano de 2019, apoio de 4.000 euros. Foi pouco o aumento?! Ano de 2021, apoio de 3.500 euros. Perante esta informação, fica bem evidenciado que a informação prestada pelo senhor membro desta Assembleia Municipal não é verdadeira, não importando para o caso afirmar uma mentira, uma, duas, dez, trinta ou quarenta vezes para que ela passe a ser verdade, e não são palavras, são factos e, portanto, gostaria que o senhor membro desta Assembleia Municipal os contraditasse e que dissesse se o que eu disse aqui, não é verdade?! Porque depois fazemos a prova documental. Parece-me de mau tom vir aqui à Assembleia Municipal, enquanto membro da Assembleia Municipal, tratar de questões relativamente a assuntos próprios ou da associação. Mas, em todo o caso, devo dizer-lhe uma coisa muito simples, se a Associação cumprir essas obrigações, a metodologia adotada será certamente semelhante à gizada nos anos 2021 e em 2019, onde foi concedido um apoio e, portanto, certamente considerar a si como todas as entidades que desenvolvam atividades relevantes. Portanto, espero que o faça para que na próxima Assembleia Municipal possamos, os dois, dizer que, afinal, o assunto foi resolvido e que cumpriram da vossa parte, está bem?! Obrigado. -----

Quanto à intervenção do senhor membro desta Assembleia Municipal, Carmona Rodrigues, do PSD, trouxe aqui um assunto de uma importância supina de âmbito Nacional, relacionado com a política energética e, particularmente, quanto às decisões tomadas pelo Governo consubstanciada na dimensão estratégica da identificação dos locais com potencial de extração de lítio. Estamos a falar, no caso concreto, de duas minas que ficam ambas no Barroso, a mina de Covas do Barroso localizada no território do Município de Boticas e a mina do Romano, localizada no território do Concelho de Montalegre. Este é um assunto que tem suscitado por parte dos respetivos autarcas destes dois Concelhos, mas também dos Membros das suas Assembleias Municipais e dos representantes das associações ambientais, um conjunto de críticas, um conjunto de reflexões, grande parte delas de cariz crítico e que, naturalmente, têm suscitado a atenção de todos. No início, na Comunidade Intermunicipal, este assunto foi discutido no intuito de perceber se seria oportuno ou não que esta fosse uma posição e um assunto conduzido pela CIM, ou fosse conduzido pelos dois Municípios. Foi entendido pelos dois Municípios que era um assunto da responsabilidade dos dois Municípios e, portanto, que a liderança do processo seria feita pelos mesmos, sendo que os outros quatro Municípios, incluindo o Município de Chaves, mantiveram-se, até hoje, em silêncio, sobre este assunto até hoje, ou melhor dito, até terça-feira. Sempre que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

pedidos incidem sobre o território do Concelho de Chaves, já aconteceram alguns, sobretudo na dimensão relacionada com a identificação de reservas e de recursos e, portanto, nessa lógica mais de inventariação daquilo que possa ser o potencial mineiro do Concelho, o Município de Chaves tem manifestado um conjunto de reservas, emitindo um conjunto de pareceres, sobretudo, porque em muitos casos entendemos que isso contende com o nosso recurso maior que é a água, até por causa da circunstância de, em muitos casos, estarmos a falar de ações que podiam contender com o recurso da água mineral natural, no caso concreto, que tem para nós uma importância vital que é a água das termas. Mas, quanto a este assunto particular, relativamente a estas duas minas que estão em fases diferentes, como sabem, a mina de Covas do Barroso já tem uma licença para exploração, significando com isto que, provavelmente, dentro em breve haverá condições para entrar em laboração. No que às compensações diz respeito, desconhecemos qualquer informação sobre esta matéria. No que diz respeito às minas do Romano, também não conhecemos qualquer iniciativa, qualquer proposta de contrapartida ao Município de Montalegre, uma vez que o Município de Montalegre é frontalmente contra a mina enunciada. Nas últimas reuniões do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso, a Senhora Presidente de Câmara afirmou que tudo farão para impugnar esta decisão nos tribunais, usando todos os instrumentos e prerrogativas que estejam ao alcance do município, a fim de permitir que este processo da mina do Romano não se concretize no futuro. -----

Portanto, dizia eu, que sobre esta mina e sobre aquilo que foi uma das reflexões que o senhor membro desta Assembleia Municipal aqui fez, designadamente sobre a questão da compensação sobre a Estrada Municipal 507, ela não está em cima da mesa, nunca foi colocada em cima da mesa, porque o princípio é de oposição e que quem faz propostas de compensação, é porque pressupõe a existência de negociação e, portanto, não se encontra em cima da mesa. E, dizia eu que, até terça-feira passada, a posição dos Presidentes de Câmara à exceção do de Boticas e do de Montalegre tinha sido de algum silêncio, sendo que, na última terça-feira, foi aprovada uma posição conjunta da CIM no sentido de identificarmos um conjunto de riscos muito relevantes para o ambiente e para as populações, contaminação da água, também naturalmente do ruído e degradação das infraestruturas existentes. Portanto, a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso tomou a posição de ser contra a exploração do lítio no território que integra esta mesma Comunidade e, por consequência, Covas de Barroso e as Minas do Romano. O Presidente da Câmara nunca falou desta questão, uma vez que era entendimento que se tratava de matéria, relativamente à qual deviam ser os Autarcas dos respetivos Concelhos a fazê-lo, porque assim foi entendido, assim foi interpretado e, naturalmente, todos os Autarcas respeitaram esse entendimento e essa posição. -----

Aproveito para dizer que desconheço alguma posição, decisão ou deliberação, tomada pelo Conselho Intermunicipal da CIM, relativamente a nenhum estudo no que respeita à qualidade da água. Porventura, essa decisão terá sido tomada por algum dos Municípios, porque todos estamos muito preocupados com essa dimensão, não só pela utilização da água, uma vez que este tipo de indústria demanda volumes de água muito significativos, constituindo-se com um dos receios da exploração da mina de Covas do Barroso. Acredito que Boticas e Montalegre tenham desenvolvido algum trabalho no sentido de fazer algum estudo, mas no âmbito da Comunidade Intermunicipal essa decisão não foi tomada em nenhuma das suas reuniões do respetivo Conselho. -----

Quanto à intervenção do membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, dizer que quanto à questão e a esta ideia daquilo que é a visão e o posicionamento da indústria, particularmente da indústria mineira, ela é conhecida, sabemos todos que procura sempre a maximização do lucro, com a minimização daquilo que são as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

medidas de contenção ou de mitigação dos impactos ambientais e, portanto, qualquer ação destas indústrias tem que ser altamente condicionada, mas sobretudo acompanhada, porque se é verdade que nos processos iniciais se definem um conjunto de instrumentos de defesa, a seguir o que acontece, em muitos casos, é que não se acompanha suficientemente e depois, no final, temos múltiplos exemplos no mundo, mas também no nosso país em que, de facto, o resultado da extração mineira provocou a desolação na paisagem e nas comunidades e, portanto, não divergimos sobre essa matéria. Sobre a questão, enfim, daquilo que são algumas avaliações que tem feito, particularmente relativamente às creches, tenho opinião diferente. Eu acho que nesta matéria houve uma evolução muito relevante nos últimos anos, porque se nós olharmos para o número de crianças que estão hoje em creches, comparativamente com três ou quatro anos atrás, ela é absolutamente superior em dez ou quinze pontos percentuais. Significa que hoje, e estamos a falar apenas da rede pública de creches, é claramente uma resposta que tem vindo a crescer, tem vindo a melhorar, tem permitido que muitas crianças tenham ido para as creches. Por outro lado, o conjunto de medidas de apoio às famílias na dimensão da isenção do pagamento da creche, sabemos bem, de âmbito limitado, ainda assim são muito relevantes e nós não podemos “com a cura matar o doente” e o senhor membro desta Assembleia Municipal o que veio fazer aqui, foi procurar matar o doente, porque parece que nas creches não se fez nada e o que se fez é absolutamente irrelevante. Discordo da sua opinião, dizendo-lhe que o trabalho levado a cabo foi e é muito importante, é muito relevante, numa área onde o PCP-PEV teve um papel importante para a decisão do Governo. Trata-se de uma boa decisão, que traduz um sentido de justiça social muito apurado, mas, ainda assim, não podemos afirmar a não existência de problemas. Neste domínio existe, ainda, um caminho para fazer, há ainda muito trabalho para levar a cabo e o mesmo deve ser feito, deve continuar a ser feito, em muitos casos fazê-lo de forma colaborativa, em primeiro lugar, com o setor social e, depois, com o setor privado. Portanto, deve ser o caminho a trilhar, aproveitando as sinergias, a rede, os recursos e as disponibilidades existentes, porque assim é que estamos a fazer boa gestão. -----

Depois, devo dizer que o País, a Europa têm um problema de habitação e que o problema dessa habitação resulta de um conjunto de políticas públicas na área da habitação e também de algumas decisões individuais dos cidadãos. Portugal tem um perfil muito centrado na aquisição de casa própria, não existindo, fora das grandes cidades, um mercado de arrendamento com dimensão, com dinâmica e, portanto, o que acontece hoje, é que verdadeiramente isto faz com que o preço da habitação própria financiada por empréstimos, tenha vindo a subir de forma exponencial em função do incremento das taxas de juro e isso faz com que algumas famílias não tenham capacidade de aceder à habitação por esta via. Considero que, neste domínio, devíamos trabalhar mais na dimensão do arrendamento, concretizando mais áreas de construção de nova habitação, em modalidades de parcerias ou outros, como no passado através das cooperativas de habitação. Depois disso é também necessário refletirmos sobre a aposta em novos modelos de arrendamento, discutindo as condicionantes, as causas e as determinantes para este condicionamento, para esta falta, para esta cristalização do mercado de habitação, porque, se calhar, é por aí que temos de encontrar soluções. Em Portugal, existe a ideia do oito e do oitenta, ou somos a favor ou absolutamente contra e provavelmente teremos de encontrar um sentido de equilíbrio no planeamento estratégico do País nos vários domínios. -----

Relativamente à sua análise sobre o SNS, devo dizer-lhe que não acompanho essa sua visão catastrófica do Serviço Nacional de Saúde. Continuo a acreditar que a criação do Serviço Nacional de Saúde foi uma das grandes conquistas do Portugal de abril. Os cidadãos que tem a oportunidade e a felicidade de viajar por outros Países e a infelicidade de ter um problema de saúde nesses momentos, percebe a diferença da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

existência e da mais valia do nosso Serviço Nacional de Saúde. O Serviço Nacional de Saúde é, quiçá, o instrumento que mais afirma a igualdade entre os cidadãos. E, portanto, dizendo isto, dizendo da importância, da relevância, da pertinência, o Serviço Nacional de Saúde são pessoas, são recursos humanos, mais que equipamentos e mais que instalações. Sabemos todos que os equipamentos e instalações são absolutamente decisivos para o exercício das respetivas atividades que acontecem no espaço hospitalar ou nos espaços de cuidados primários ou nos espaços de cuidados continuados, mas, ainda assim, as pessoas são o mais importante e, portanto, concordamos todos que é preciso, que é fundamental fazer uma valorização das carreiras e fazer uma valorização remuneratória. Agora, é preciso perceber o quanto? E, portanto, a discussão que terá que acontecer, é o valor? É o quanto? Nós sabemos todos que embora seja justo, pode não ser sustentável e, portanto, o desafio que o Estado tem hoje, é um desafio muito relevante, mas o setor privado também. Essa discussão está já na concertação social, sendo importante definir quais são as capacidades que o Estado e as empresas têm para fazer um incremento salarial, porque, no fim, são recursos financeiros que são alocados. Portanto, acho que na questão da valorização das carreiras, estávamos a falar das carreiras e dos salários da área da saúde, todos, sem exceção, médicos, enfermeiros, técnicos das mais variadas áreas da saúde, enfim, assistentes técnicos, assistentes operacionais, todos aqueles que fazem parte desse mundo, mas também da educação, das autarquias locais, da área social, da justiça, dos militares e outros. Mas a discussão que o País tem que fazer é quanto está disponível para pagar mais para que isso aconteça? Esta é a grande discussão para que possa verdadeiramente, concretizar-se, senão vamos sempre ouvir queixumes, críticas, reclamações e não vamos certamente encontrar muitas soluções. Depois, queria também dizer sobre isto outra coisa, o facto de nós podermos convergir nesta necessidade de valorização das carreiras e valorização salarial não nos deve cegar e impedir que se assinale e que se registre um investimento importante que tem havido nas infraestruturas hospitalares, no nosso caso, particularmente na Unidade Hospitalar de Chaves, nem que se deixe de reconhecer que há um reforço dos recursos humanos, basta comparar os recursos humanos existentes em 2019 ou 2020 com os recursos humanos existentes neste momento, para se perceber que há um reforço dos recursos humanos e, portanto, nós mesmo fazendo críticas, não devemos perder nunca na linha de argumentação as coisas boas que são feitas, porque, eu acho que é por aí que ganhamos credibilidade e que ganhamos afirmação nas nossas intervenções. Depois, queria também dizer, quanto à questão da dignificação da carreira docente, que, na minha perspetiva, tem diferentes dimensões, existindo necessariamente questões de natureza remuneratória, elas são manifestas, mas são na saúde, são nas autarquias ou são na docência. Elas não são muito diferentes no setor público, elas têm todas, enfim, um denominador comum que é, de alguma forma, uma diminuição do poder de compra daqueles que auferem o salário médio ou salário mínimo, ele é hoje evidente e, portanto, coloca-se aqui o desafio que eu dizia antes, que é preciso que o País discuta no sentido de perceber quanto é que está disponível para gastar mais todos os anos naquilo que é a remuneração dos seus recursos, daquilo que são os seus funcionários públicos, porque, muitas vezes, quando nós dizemos que o Estado tem muitos funcionários públicos o que está a querer dizer é que tem muitos médicos é que tem muitos professores é que tem muitos enfermeiros e tem muitos profissionais, é que temos assistentes técnicos, ou seja, nós não podemos, ao mesmo tempo, dizer que há muitos funcionários públicos e depois dizer que faltam respostas. Isso para mim é contraditório, mas assiste-se muitas vezes a este tipo de dialética e que não tem qualquer consistência e, portanto, é esta discussão que temos que fazer, é esta discussão que temos que fazer a nível do País, é uma discussão que nós fazemos nas autarquias locais também, como sabem. Portanto, sempre que se decide aumentar o número de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

recursos humanos, porque se entende que é preciso reforçar as respostas nas escolas, ou é preciso reforçar as respostas em qualquer serviço de limpeza, no saneamento e nas obras de intervenção municipal, sempre que nós decidimos isso significa recursos. Outro dia alguém me dizia, só são cinco funcionários e eu perguntei, já fez as contas? É que cinco funcionários são, no mínimo, 100 mil euros por ano. Portanto, sempre que nós temos esta ideia de aumentar recursos humanos, temos que ter a noção que isso depois tem uma contrapartida na despesa. Temos é que a aceitar, mas temos que aceitar as duas condições, é a necessidade e a consequente despesa e, portanto, também nas autarquias locais. Por exemplo, nós nunca avançamos para uma solução que a lei permite, por exemplo, o posicionamento remuneratório extraordinário, porque não tínhamos e não temos condições para o fazer, porque isso significa um aumento da despesa de algumas centenas de milhares de euros. E, portanto, é esta dificuldade da gestão quotidiana diária. Eu trago sempre comigo no meu caderninho um quadro que tem a evolução da despesa corrente desagregada por cada uma das suas áreas desde 2017, posso dizer-vos que é brutal o aumento da despesa corrente, ainda que também esteja aí incluída a despesa com os recursos humanos da educação no âmbito da transferência de competências, que estejam também os recursos humanos na área da saúde e, consequentemente, as despesas correntes de funcionamento, respetivas. Mas, ainda assim, dizer que é uma exigência de todos os dias e nós todos os dias temos que nos lembrar que quem faz gestão, que as decisões implicam sempre recursos e, portanto, queria sobre isso, dar esta nota muito particular. Por último, dizer que tudo faremos, mas tudo faremos para que nunca acabem as urgências em Chaves. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, disse: -----

O senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, da CDU, solicitou à Mesa o seguinte: que haveria a disponibilidade por parte do PSD para lhe dar tempo para poder intervir. Consultado o Regimento, passo a ler o que diz: *“Artigo 28º - Regras do Uso da Palavra no Período de Antes da Ordem do Dia; ponto 2 – A cada Grupo Municipal cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da Mesa, sendo, excecionalmente, permitida a cedência de tempo entre os grupos”*. De acordo com o Regimento, faça favor senhor Deputado Municipal, Manuel Cunha, tem o tempo que o PSD entender por bem dar-lhe dentro das disponibilidades que também tem do tempo já utilizado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Agradeço a disponibilidade ao PSD e vou usar o tempo necessário. Só queria complementar com dois aspetos. O primeiro aspeto, há dificuldades sérias na Região e no Concelho no ensino inclusivo, e essas dificuldades sérias têm a ver com estrangimentos orçamentais e falta de recursos humanos que permitam que aquelas crianças que têm dificuldades, possam ser incluídas no acompanhamento que Portugal é pioneiro, o da inclusão nas escolas, é um problema concreto e não é só aqui, é no país todo, mas aqui também existe. Esse é um aspeto. Segundo aspeto, é que a questão das opções de financiamento é termos que ver se há dinheiro, mas 40% do orçamento da saúde vai para privados. Portanto, a questão não é se há dinheiro, é para onde vai o dinheiro! Depois, quando se diz, e é verdade, que há mais recursos, é como eu dizer assim, eu tenho um filho de quinze anos, quando ele tinha um ano, comia muito menos, agora dou-lhe mais de comer e ele não está satisfeito. Ou seja, é iludir a questão de que as necessidades em saúde estão num pico, que é o pico que permite responder às necessidades de saúde. Nós temos uma situação gravíssima, volto a dizer, não vale a pena fazer como faz o Ministro da Saúde e como tentou fazer o Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

nem ponho em causa que não seja com boa intenção. É perceber que no dia um de outubro está em cima da mesa um conjunto de recusas a prestar mais horas extraordinárias por parte dos médicos, e não estou a inventar. A Guarda já anunciou que vai fechar urgências, Bragança já anunciou que vai fechar urgências, Viana está numa situação difícil, o Centro Hospitalar está numa situação difícil e o encerramento, por exemplo, da urgência de pediatria em Chaves vamos ver se se concretiza, para quê? Para mobilizar recursos da pediatria de Chaves para Vila Real para evitar fechar Vila Real, por arrastamento pode encerrar o internamento de Chaves, porque não pode haver internamento se não houver serviço de urgência. E esta situação está em implosão e nós vimos na região da grande Lisboa o caos que está com as maternidades, que envergonha qualquer país. É verdade o que o Senhor Presidente da Câmara disse, “nós temos o máximo orgulho no Serviço Nacional de Saúde, criação de abril” eu estou de acordo com ele, provavelmente a medida do pós 25 de abril que mais democratizou a vida das pessoas. Ainda hoje tem uma vitalidade gigantesca, há um não perceber, eu avisei em muitas Assembleias Municipais, a CDU levantou a questão de que a agudização estava aqui. Ela está hoje aqui, os riscos de um colapso são reais com consequências reais para a saúde e para a morte das pessoas. A situação é muito, muito, muito, muito mais grave do que se está a tentar dizer e o senhor Ministro da Saúde deu a entender ou até na intervenção do senhor Presidente da Câmara. ----- Nós estamos numa situação de catástrofe que começa a 1 de outubro, hoje são 27 de setembro, esperemos que neste curto intervalo de tempo seja possível encontrar soluções e eu termino com isto: o meu irmão e a filha dele entraram para o mesmo posto da carreira com 29 anos de diferença, o salário do meu irmão e o salário da filha, no mesmo sítio no mesmo, 29 anos depois, eram exatamente o mesmo. O que é que quer dizer? Que cerca de 40% de inflação que houve nesses 29 anos, foi 40% do poder de compra que os médicos perderam. E olhando para os 29 passados, e tem razão o senhor Presidente da Câmara, o problema não é só na saúde, é um problema de salários e do modelo que a União Europeia nos quer impor de baixos salários. Depois vem a “Christine Lagarde” e a “Ursula von der Leyenn” dizer que tem que se sofrer, que é preciso retirar os impulsos e que é preciso que as taxas de juro subam. Os tempos vão ser muito negros e isto não é nenhum catastrofismo, ouçam as notícias, os telejornais de ontem e percebam a dimensão do que está em cima da mesa, de resto, subscrevo o que diz o Senhor Presidente, o Serviço Nacional de Saúde ainda tem vitalidade para ser recuperado. O que eu começo a duvidar, é que este Governo o queira fazer. -----

Encerrou este período de Antes da Ordem do Dia o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores secretários e necessariamente aos senhores Vereadores e senhora Vereadora, aos senhores Membros desta Assembleia Municipal, presentes e a todos aqueles que se encontrem neste espaço e nesta sala. Nós divergimos e temos que necessariamente divergir, porque senão estaríamos em partidos idênticos, provavelmente estaríamos no mesmo partido, ainda que tenhamos algumas ideias próximas. Agora, dizer que divergimos num conjunto de matérias, divergimos, se calhar, mais em grau do que noutra dimensão, mas queria dizer que a questão dos salários é uma questão transversal, não é apenas uma questão da área da saúde, ela é verdadeiramente transversal e agora que o senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, falou, lembrei-me do seguinte, se calhar, é uma coisa que ninguém sabe, vocês sabiam que os Autarcas continuam com 5% de corte no salário?! Eu exerço a função da mesma forma, mesmo que ganhasse menos, exerceria a função da mesma forma, porque eu não exerço esta função pelo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

salário e, portanto, não é isso que me motiva, não é isso que faz a diferença, de qualquer das formas quer me parecer que é uma menorização, é uma indignidade os autarcas continuarem com uma redução de 5% no seu salário desde a Troika. Isto faz sentido?! É importante que o País todo se convença, que se consciencialize que se queremos verdadeiramente remunerar melhor a nossa função pública, também temos que ter esta noção que a função pública desempenha funções essenciais em muitos domínios. Porque se nós entendermos que o Estado se deve organizar como pensa, por exemplo, a Iniciativa Liberal, então não precisamos de funcionários públicos, então a despesa pública em salários vai diminuir radicalmente. E, portanto, é uma questão de opção, se a opção é ter, de facto, os serviços públicos qualificados e qualificantes, é verdade que essa correção tem que ser feita. Até, porque, enfim, no ano passado e no ano em curso, a taxa de inflação é expressiva, é muito significativa. Quanto à questão do Serviço Nacional de Saúde e, particularmente, da nossa Unidade Hospitalar, é verdade que nós todos e eu não tenho o conhecimento específico da real dimensão do problema e dos riscos que neste momento estão a acontecer. Eles serão do conhecimento dos Conselhos de Administração, das Direções Clínicas, das Direções de Serviço e de muitos profissionais. Nós não os conhecemos todos na sua plenitude, nem sequer temos sobre eles uma visão, uma visão 360º e absolutamente pormenorizada. Portanto, com certeza que haverá muitos problemas, com certeza e designadamente naquilo que são as respostas mais críticas que são sempre as urgências, são sempre as questões mais críticas. Agora, porventura, temos todos, se calhar, de fazer um esforço, esforços diferentes, mas um esforço na multiplicidade de mãos. Nós temos que ter mais médicos para podermos ter mais respostas, isto é absolutamente indispensável. Nós não podemos continuar a estar reféns da Ordem dos Médicos, não é possível. Mas nós estamos e os Governos vêm com o argumento que não temos capacidade técnica instalada, é sempre um argumento. Eu queria perceber como é que foram formados na década de 70 e 80, com que orientação técnica, mas isso é para outro debate, é para outra discussão, para outro fórum. -----

Eu acho que enquanto não houver dedicação exclusiva, não temos solução. Eu sei que isto não é consensual no PS, que não é consensual noutros partidos, mas é a minha opinião. Consequentemente, considero que aos médicos que se fixarem, em exclusividade, no SNS deverá ser incrementado o seu estatuto remuneratório, a fim de permitirem incrementar a sua atratividade. Portanto, deixo duas medidas que me parecem essenciais para mudarmos os status quo desta matéria. Muito obrigado. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 28 DE JUNHO DE 2023.**-----

A Ata número dois, referente à reunião ordinária realizada no passado dia 28 de junho de 2023, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Deputados desta Assembleia. -----

Dez Deputados desta Assembleia Municipal não participaram na votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere. -----

A ata foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

-----**PONTO 2 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA.**-----

Nos termos regulamentares, a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----**PONTO 3 - MOÇÃO “PELA CRIAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO ALTO TÂMEGA E BARROSO”.**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

A senhora Deputada e Líder de Bancada do Partido Socialista, **Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves**, procedeu à leitura da Moção apresentada pelo Partido Socialista de Chaves. -----

Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Chaves, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora, senhores Vereadores, caros e caras membros eleitos desta Assembleia Municipal, senhoras e senhores Presidentes de Junta, público, comunicação social e demais presentes, muito bom dia a todos. Vou apresentar a Moção apresentado pelo Partido Socialista “Pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso”. -----

“Moção -----

“Pela criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso” -----

I – Enquadramento Histórico -----

1. *O Hospital Distrital de Chaves foi integrado no contexto do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), em fevereiro de 2007, em resultado da publicação do decreto-lei nº50-A/2007, de 28 de fevereiro e Decreto-Lei nº 233/2005, de 27 de dezembro, após um período de intensa reflexão e discussão acerca do modelo de organização dos cuidados de saúde hospitalares; -----*
2. *Em resultado de tal período de reflexão, a Assembleia Municipal de Chaves deliberou, em 28 de junho de 2006, com amplo consenso, uma proposta que visava a criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, envolvendo o Hospital Distrital de Chaves e os sete Centros de Saúde do Alto Tâmega; -----*
3. *No momento subsequente à integração no CHTMAD, a Unidade Hospitalar de Chaves diminuiu, de forma acentuada, o seu nível de prestação de cuidados de saúde, gerando uma crescente insatisfação dos utentes do SNS no Alto Tâmega, que contribuiu para o aumento substancial da insegurança dos cidadãos; -----*
4. *Nesse contexto, para além da excessiva centralização de poderes e diferenciação na Unidade Hospitalar de Vila Real, assistimos a uma diminuição progressiva do número de profissionais de saúde da Unidade Hospitalar, designadamente médicos e enfermeiros, que tiveram por consequência uma redução significativa do nível de diferenciação dos cuidados prestados, fomentando, em simultâneo, um elevado nível de insatisfação em toda a comunidade do Alto Tâmega e Barroso; -----*
5. *Destarte, em face da constatação da degradação dos serviços de saúde prestados, veio esta Assembleia Municipal, em 27 de setembro de 2006, 30 de dezembro de 2009 e 28 de abril de 2010, reiterar o seu descontentamento relativamente ao nível da prestação de cuidados de saúde da Unidade, apelando a uma mitigação imediata dos problemas identificados; -----*
6. *Em 25 de março de 2011, foi aprovada, pela Assembleia da República, a Resolução n.º 92/2011 que recomendava ao Governo, nos termos do n.º5 do artigo 166.º, da Constituição da República, a criação da “Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, na qual estejam integrados os diferentes estabelecimentos e serviços locais de saúde do Alto Tâmega (Unidade Hospitalar de Chaves, centros de saúde dos Municípios de Boticas, Chaves Montalegre e Valpaços, Unidades de Cuidados Continuados e Sector Social de Saúde dos municípios citados), possuindo como área territorial de influência a área do antigo Hospital Distrital de Chaves (...); -----*
7. *A enunciada Resolução propunha a constituição de “uma Comissão, no período de 30 dias sob coordenação do Ministério da Saúde, e integrando representantes do Conselho de Administração do CHTMAD, do ACES do Alto Tâmega e Barroso e das Câmaras Municipais do Alto Tâmega, com o objetivo da criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega, no quadro do CHTMAD (...)”, bem*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

como se definia um prazo de 90 dias para a elaboração dos documentos de natureza administrativa, financeira e estatutária da Unidade Local de Saúde proposta; -----

8. Após mais de uma década da sua aprovação, os sucessivos Governos liderados pelo Partido Socialista (PS) e Partido Social Democrata (PSD) não seguiram as recomendações da Resolução da Assembleia da República, mantendo até hoje o modelo aprovado em 2007; -----
9. Apesar do reconhecido insucesso do processo de integração, a Unidade Hospitalar de Chaves tem sofrido, nos últimos anos, um investimento, sem precedentes, ao nível dos recursos humanos e materiais, tendo sido possível requalificar o Bloco Operatório e o serviço de Hemodiálise, criar o Hospital de Dia de Hemato-oncologia, requalificar a urgência e o internamento pediátrico, instalar o equipamento de Ressonância Magnética Nuclear e abrir um novo serviço de Cuidados Paliativos, para além de outros investimentos que se encontram em curso; -----
10. O investimento realizado, nos últimos seis anos, tem permitido incrementar os níveis de prestação global de cuidados da Unidade Hospitalar de Chaves, verificado ao nível do volume e diferenciação de consultas externas, bem como da atividade cirúrgica, o que é bem demonstrativo da evolução do processo de integração. Por outro lado, na dimensão das listas de espera, bem como na oferta de cuidados de saúde no contexto do serviço de urgência médico-cirúrgica, ainda subsistem dificuldades, designadamente ao nível da urgência pediátrica, bem como ao nível da clínica geral. -----

II – Atualidade -----

1. Considerando que o Conselho de Ministros, do passado dia 14 de setembro de 2023, aprovou o decreto-lei que visa criar novas entidades públicas empresariais, através da integração dos Hospitais e Centros Hospitalares existentes com os ACES, nos termos previstos no decreto-lei n.º 52/2022, de 4 de agosto, na sua redação atual, aprovando a criação da Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E, por integração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E, com os Agrupamentos de Centros de Saúde de Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso, do Douro I – Marão e Douro Norte e Douro II – Douro Sul; -----
2. Considerando, em primeiro lugar, que o diploma ora aprovado não se encontra alinhado com o modelo de organização territorial nacional vigente, o que contraria o modelo de planeamento instituído no País desde 2015; -----
3. Considerando que, com a aprovação do diploma que estabelece a integração dos três Agrupamentos de Centros de Saúde infra enunciados e o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto, E.P.E, será criada uma mega estrutura, cuja área de influência direta abrange cerca de 276.000 habitantes, dispersa territorialmente (o concelho de São João da Pesqueira dista a mais de 150 Km do concelho de Montalegre, sendo necessário mais de duas horas para concretizar a viagem), num território caracterizado por uma população envelhecida, com poucos recursos, portadora de múltiplas comorbilidades, que as torna absolutamente vulneráveis à inexistência de cuidados de saúde de proximidade; -----
4. Considerando que, nesse contexto, o modelo de organização previsto no diploma se constitui de difícil aplicabilidade, em função da elevada amplitude territorial, existindo, por outro lado, um risco claro de excessiva centralização assistencial na sede da ULS, Vila Real, em função do histórico anterior de integração, bem como na identificação crónica da pouca disponibilidade clínica para a realização de atividade nos polos periféricos, o que poderá resultar num



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- incremento substancial da inexistência ou inacessibilidade de oferta nos pontos de acesso mais remotos; -----*
5. *Considerando que, para além do enunciado, existe um histórico negativo relativamente ao processo de integração das Unidades Hospitalares de Chaves e Vila Real, que conduziu a um longo processo de quase duas décadas, que pode conferir um risco acentuado à boa implementação do modelo ora proposto; -----*
 6. *Considerando que um dos aspetos de maior risco, se constitui, na nossa opinião, no elevado risco de menorização dos cuidados de saúde primários, agravado pela dispersão territorial, existindo uma tendência para uma maior preponderância nos cuidados hospitalares, muito vocacionado para a dimensão curativa e menos para a preventiva, o que contribuirá, certamente, para desvirtuar os objetivos da política pública ora aprovada; -----*
 7. *Considerando que a decisão tomada deveria encontrar-se escudada num estudo aprofundado relativamente à mais valia e resultados do conjunto de Unidades Locais de Saúde existentes no País, designadamente, no nosso caso, o estudo relativo aos impactos da Unidade Local de Saúde do Nordeste; -----*
 8. *Considerando que, em coerência com o posicionamento adotado por esta Assembleia Municipal ao longo de mais de uma década, continua a ser consensual que o modelo ULS se constitui como o modelo mais eficaz para a boa articulação entre os cuidados de saúde primários, os cuidados de saúde diferenciados e o setor social da saúde; -----*
 9. *Considerando, por último, que em coerência com o modelo de organização territorial vigente, se impunha a adoção, por parte do Governo, de uma proposta consubstanciada na criação de uma ULS que integrasse os seis concelhos do Alto Tâmega e Barroso. -----*

III – Proposta -----

Em coerência com as razões de facto e argumentos aduzidos nos pontos anteriores, a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 27 de setembro de 2023, delibera o seguinte: -----

1. *Reiterar, de forma clara e inequívoca, o seu apoio à Criação da Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, em linha com a Resolução aprovada pela Assembleia da República; -----*
2. *Apelar ao Governo e à Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde para que, no uso das suas competências e dentro da celeridade possível, implemente medidas urgentes devidamente referenciadas, exigindo medidas imediatas para ultrapassar os reiterados problemas ao nível do serviço de urgência da Unidade Hospitalar de Chaves, designadamente na especialidade de Pediatria; -----*
3. *Solicitar à Assembleia da República, através da Comissão Parlamentar de Saúde, uma visita à Unidade Hospitalar de Chaves do CHTMAD para constatar, no local, a atual situação desta Unidade de Saúde; -----*
4. *Enviar, em caso de aprovação, a presente deliberação ao Senhor Ministro da Saúde, ao Senhor Primeiro-ministro, ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Diretor Executivo do Serviço Nacional de Saúde, à Comissão Parlamentar de Saúde, às Direções Parlamentares da Assembleia da República e à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e Barroso. -----*

Assembleia Municipal de Chaves, em 27 de setembro de 2023” -----

Muito obrigada. -----

Seguiram-se as intervenções dos senhores Deputados: -----

Francisco António Taveira Ferreira, pelo PSD, no uso da palavra disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Muito bom dia, cumprimentar, em primeiro lugar, o senhor Presidente da Assembleia e os senhores secretários da Mesa, o senhor Presidente da Câmara, a senhora e os senhores Vereadores, os eleitos e os Presidentes de Junta, público, serviços técnicos e todos os presentes. -----

“ULS, EPE - (Unidade Local de Saúde, EPE) -----

É uma pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do regime jurídico do setor público empresarial, constituída por tempo indeterminado e que tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde, a todos os cidadãos em geral, designadamente: -----

- a) Aos utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS). -----*
- b) Às entidades externas que com ele contratualizem a prestação de cuidados de saúde. -----*
- c) Aos cidadãos estrangeiros não residentes no âmbito da legislação nacional e internacional em vigor. -----*
- d) Assegurar as atividades de serviços operativos de saúde pública e os meios necessários ao exercício das competências da autoridade de saúde na área geográfica por ela abrangida. -----*
- e) Desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, sendo a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa, podendo ser objeto de contratos-programa em que se definam as respetivas formas de financiamento. -----*

São constituídas equipas multiprofissionais, compostas por médicos, enfermeiros, pessoal administrativo, técnico, auxiliar, prestadores de cuidados de saúde individuais, familiares e domiciliários. -----

A ULS TMAD (Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro) E. P. E, com sede na Av. da Noruega, Lordelo, em Vila Real é composta por três unidades hospitalares (Vila Real, Chaves, Lamego) e por três agrupamentos de centros de saúde (Alto Tâmega e Barroso, do Douro I (Marão e Douro Norte) e Douro II (Douro Sul), com os centros de saúde de Boticas, Chaves- 2, Montalegre, Ribeira da Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Tarouca, Tabuaço, São João da Pesqueira, Lamego, Vila Real-2, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Peso da Régua, Murça, Mondim de Basto, Mesão Frio e Alijó, no total de 20. -----

Vantagens das ULS: -----

- 1. Prevenção da doença e promoção da saúde, melhores cuidados de saúde²¹. -----**
- 2. Acesso e Proximidade: maior acesso e proximidade aos cuidados de saúde²¹. -----**
- 3. Redução da Burocracia: simplificando os processos e melhorando a articulação entre equipas de profissionais de saúde²¹. -----**
- 4. Eficiência na Gestão dos Recursos Públicos: maior eficiência na gestão dos recursos públicos¹. -----**
- 5. Integração dos Cuidados de Saúde: integram o hospital e os centros de saúde na mesma instituição, ao invés da separação tradicional em que hospitais e centros de saúde são instituições diferentes, com regras de funcionamento, financiamento e lideranças diferentes³. -----**
- 6. Financiamento por Capitação Ajustada pelo Risco: Nas ULS o financiamento é feito por capitação ajustada pelo risco. Isto significa que a instituição recebe um valor para fornecer todos os cuidados que a população da sua área de influência necessita³. -----**
A primeira ULS foi instalada em 1991, Matosinhos e é a única considerada de sucesso. As outras oito já existentes não convenceram. -----
Em 2015, a ERS publicou estudo sobre o desempenho das ULS de 2011 a 2013, concluindo: -----
 - Grau de aproximação à população é idêntico. -----*
 - Acesso cirurgias, não teve diferença significativa. -----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

- Tempo médio de internamento é superior nas ULS. -----

- Número de internamentos é maior nas ULS. -----

Em 2002, é publicado na APAH, estudo que revela sérias dificuldades no modelo financeiro, gestão de recursos humanos, e a ausência de estudos prévios que definam as especificidades de cada área geográfica. -----

Importa notar que a implementação e o sucesso das ULS dependem fortemente da liderança e da gestão eficaz³. Há alguns estudos sugerindo que o modelo organizativo em ULS não traduz na prática ganhos económicos nem ganhos em saúde⁴. -----

Apreciação política da criação de ULSTMAD. -----

Pouca informação e ausência de debate com os Municípios do Alto Tâmega e Barroso, poder local, associações profissionais e residentes. -----

Ausência de avaliação, de programação e de dados relativamente ao modelo de organização e financiamento que se pode traduzir em Subfinanciamento com perda de qualidade do serviço prestado e prejuízo para as populações. -----

O financiamento será “per capita” e pela estratificação pelo risco- número de utentes e carga de doença. -----

Dificuldade na contratação de pessoal. -----

Perda de autonomia e Centralidade do Alto Tâmega, incluindo Chaves, para Vila Real, com subalternização de mais estes serviços públicos. -----

A integração dos Agrupamentos de Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso implica a desqualificação das funções e irrelevância do seu Diretor Executivo; do Conselho Executivo e do Conselho Clínico e de Saúde. -----

O decreto-lei 272/XXIII/2023.08.28, procede à criação das ULS, prevê um máximo de seis vogais executivos, incluindo até dois diretores-clínicos, um enfermeiro-diretor, um vogal proposto pelo Governo e um vogal proposto pela Comunidade Intermunicipal. Este ponto implica que, além da não existência do Diretor Executivo dos Centros de Saúde do Alto Tâmega e Barroso, o Vogal a propor para o Conselho de Administração poderá ser indicado pela Comunidade Intermunicipal do Douro, (19 municípios) e não pela Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, (Seis municípios). -----

Como é possível que a maior reforma da saúde desde o 25 de Abril de 1975 seja anunciada pelo Sr. Diretor executivo do SNS, Fernando Araújo e não pelo Senhor Primeiro Ministro, Pelo Ministro da Saúde ou no limite por um secretário de estado? -----

A ULSTMAD tem o passo maior que a perna. -----

Necessitamos estar muito atentos e voltar à luta pelos interesses da população presente, residente e ocasional. -----

O PSD vota favoravelmente a moção que foi apresentada e discutida, visando a criação da ULS ATB (Unidade local de saúde do alto Tâmega Barroso). -----
Chaves, Assembleia Municipal e PSD em 27.09.2023.” -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----

Bom dia a todos. Primeiro, partir do princípio de que a questão essencial da saúde vem do modelo organizacional, é um erro. Ele existe de diversas formas, como disse o Doutor Taveira, nem sequer se demonstrou que as Unidades Locais de Saúde fossem mais eficazes, antes pelo contrário. Segundo, para mim é um espanto e se estou enganado, peço desculpa, eu não vi no Programa Eleitoral do Partido Socialista submetido a votos, nem no Programa de Governo esta reforma da organização da Saúde, acho estranho. porque quando dá jeito, invocam-se os Programas, quando não dá jeito, passa-se por cima deles. Terceiro, a questão essencial da Saúde vem em dirigir-se os fundos do Orçamento de Estado na Saúde para o Serviço Nacional de Saúde em termos de investimento em infraestruturas e, principalmente, em termos de recursos humanos, dignificação das carreiras, melhoria das condições de trabalho, aí, sim, desmantelar um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

caos que PSD e PS criaram na Saúde. Vou referir-vos quantos modelos de contratos de médicos é que existem! É impossível gerir uma situação em que um tem contrato individual, outro tem dedicação exclusiva, outros têm prestação de serviços, outros têm concurso, outro está em concurso em vagas carenciadas, criando tensões e absurdos inaceitáveis, esta é a questão essencial. Eu fico espantado! espantado, desiludido, assustado e muito preocupado quando, de repente, do nada sai uma reforma da Saúde, nenhum Conselho de Administração foi consultado, nenhuma Direção Executiva dos ACES foi consultada, o Conselho de Administração do Hospital de Vila Real foi apanhado numa situação absurda e criou-se logo de setembro até janeiro uma incapacidade de tomar decisões, porque em janeiro muda o estatuto legal e está tudo paralisado e está tudo de cabeça perdida. Depois começar uma reforma com Unidades Locais de Saúde, eu desafio-os e o Senhor Presidente da Câmara que foi Diretor Executivo do ACES do Alto Tâmega, sabe qual sempre foi o pulsar dos Cuidados Primários de Saúde. As Unidades Locais de Saúde, neste modelo, não são mais que os Hospitais a mandar nos Centros de Saúde, porquê? Porque nós vamos ver que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar vai passar inteirinho para o Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde e depois põe uma flor que é um Diretor Clínico dos Cuidados Primários que depois ninguém percebe porque há vários ACES e um representante das Autarquias que já não é, e a mim preocupa-me menos se é de uma CIM ou da outra, o que a mim me preocupa, é que esse representante não vai ter funções relevantes, não vai ter um voto que decida nada e vai vincular as CIMs às decisões do seu representante no Conselho de Administração. Nós não temos nada contra o Serviço Nacional de Saúde, é todo e é público e o que é que é preciso? Articular e ter vontade de articular e ter disponibilidade. O senhor Presidente da Câmara diz “*que é preciso formar mais médicos*”, eu já formei centenas de médicos, formei, não, peço desculpa, ajudei a formar, não ganho um tostão por isso! Eu por fazer consulta sozinho ou por estar com os mesmos doentes a explicar tudo aos internos, a minha remuneração é zero. Se nós não dignificarmos, porque uma das funções principais do Serviço Nacional de Saúde é a formação de profissionais que está completamente desprezada e, neste momento, é difícil ampliar a formação dos médicos, é que os médicos que estão nos hospitais já não estão disponíveis, estão tão zangados por ser maltratados, estão tão mal pagos e estão no privado, exatamente, e porque é que isto converge? Isto converge porque o privado nesta fase e com o Serviço Nacional de Saúde e o Orçamento a mandar-lhes o dinheiro, abre os braços e é mais fácil, num dia no privado, atualmente, ganha-se mais que numa semana no público com muito menos responsabilidade e com melhores condições de trabalho. -----

Agora, passemos para o concreto, a CDU é contra esta proposta, porque, é assim, isto já está mal e vai correr muito mal e este aspeto, é só mais um, volto a dizer, não é o modelo de organização a questão essencial, é o modelo de recrutamento de carreiras, de pagamento, de condições de trabalho e de investimento e do desviar o dinheiro para os privados da saúde pública, porque o dinheiro é muito, 40% do Orçamento de Saúde é muito e vai para os privados. Agora vocês tenham a noção de uma coisa! Quando se criou o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro ninguém falou com ninguém, foi uma imposição de cima, foi uma tolice do então Ministro da Saúde que não falou com ninguém que criou tensões impossíveis entre os profissionais de saúde que ainda hoje não estão resolvidas, que ainda hoje não estão resolvidas, ainda hoje, não se vive de forma alguma o ambiente desejável. -----

Com isto termino, a situação e volto a dizer, é gravíssima, estamos desfocados, a votação da CDU é contra esta proposta. -----

José Pimentel Sarmiento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Bom dia a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, senhores Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Presidentes de Junta, senhores Deputados Municipais, toda a comunicação social e todos os presentes. Como sabem, tenho muito pouco tempo, mas quero dizer simplesmente o seguinte, vale mais ser tarde do que nunca. É uma contradição muito grande, eu que passei o processo todo da integração e fui sempre contra, fiz tudo e mais alguma coisa para que, de facto, Chaves não perdesse a sua Unidade Hospitalar ou a sua integração e tendo sempre uma oposição ao Partido Socialista na Assembleia da República que votou contra o nosso projeto, apresentado com o apoio de todos os Grupos Parlamentares para a criação da ULS que depois veio apurar-se e nunca mais se falou no assunto. A Senhora Deputada, na altura, Municipal e da Assembleia da República, Paula Barros, que era uma grande defensora da integração do nosso Hospital, no dia de consoada veio a Chaves o senhor Ministro da Saúde, Correia de Campos e encerrou a nossa maternidade como sendo uma grande obra porque íamos ficar melhor, com a defesa única de que o número de partos feitos em Chaves, à data, eram insuficientes para a sua manutenção, que não podia ser contemplado e, depois veio-se a provar que não era verdade, isso foi uma coisa passada e ninguém nunca mais falou nela. Em relação a isso, também quero dizer que Chaves, e na altura o poder Autárquico de Chaves, fez tudo, indo para o Jardim das Freiras, convocando uma grande manifestação, onde, de facto, o Partido Socialista foi o maior ausente. Não vi o PS em lado nenhum e muito menos qualquer Deputado do PS ou qualquer pessoa ligada ao PS, fomos para a Fronteira, uma caravana a outra foi para Vila Pouca de Aguiar e o que acontece é que, de facto, nós só saímos da Fronteira, quando nos foi garantida que não ia ficar uma Urgência Básica como era o projeto contemplado pelo então Ministro da Saúde Correia de Campos e pelo senhor Primeiro Ministro, José Sócrates. Por conseguinte, só quando nos deram a garantia do outro lado da linha, e não tenho tempo para explicar, é que nós saímos da Fronteira. Falou-se à comunicação social, fizemos tudo e mais alguma coisa para que fosse contemplada com Urgência Médico Cirúrgica, na altura, disseram-nos no Auditório do GATAT, que iríamos ficar melhor. Conclusão, perdemos a lavandaria, os serviços administrativos, perdemos a cozinha, perdemos várias especialidades. Muito obrigado. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, esclareceu e respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Bom dia, novamente, senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, senhor Secretário, senhora Secretária, digníssimos Vereadores presentes na sala, senhoras e senhores Membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta das Freguesias e das Uniões de Freguesia, comunicação social presente, público também aqui presente e pessoal de apoio. A questão aqui suscitada pela bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, encontra-se relacionada com uma questão muito importante, aliás, tem sido o tema quase central desta nossa Assembleia Municipal, já o foi no Período de Antes da Ordem do Dia e transportou-se, agora, para o primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos. Sobre este assunto temos todos muitas e variadas opiniões e nem sempre alinhadas sob o ponto de vista político/partidário como já se percebeu aqui hoje. Porque se existe um denominador comum de todas as intervenções, e eu acho que legitimamente posso fazê-lo, entendendo e interpretando que todos querem centralidade, capacidade de prestar cuidados às populações e podê-los fazer em termos de qualidade. Mas sabemos todos que a vida, a realidade não é como nós queremos, é como ela verdadeiramente se impõe, sendo certo que as pessoas têm essa capacidade de a transformar. O que nós queremos fazer hoje aqui e o que o Partido Socialista quer fazer aqui, é dar um contributo para que esta visão e esta conceção quanto à organização do modelo do Serviço Nacional de Saúde seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

repensada. Há, de facto, muita discussão na literatura sobre qual é o modelo mais adequado para gerir os Serviços de Saúde, se são numa lógica puramente de Unidade Administrativa, se em Empresas Públicas Empresariais, se em Unidades Locais de Saúde, se a solução que nós temos hoje enquanto integração ao nível de um Centro Hospitalar. De facto, os modelos são todos muito importantes e todos eles têm virtudes e têm aspetos negativos, todos eles, sem exceção, também a ULS, tem virtudes, tem riscos e perigos. A proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista, faz isso mesmo, faz uma enunciação de quais são os riscos que verdadeiramente podem acontecer para as populações servidas por aquilo que possa vir a ser a Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro e que, na nossa perspetiva, poderá agravar várias situações. Existe o risco de centralização dos cuidados, existe o risco de captura dos Cuidados Primários por parte dos Cuidados Hospitalares, existe um risco de subfinanciamento, porque ainda não está explicado como é que esse financiamento se concretizará e será densificado. Portanto, no final, não saberemos se o valor do Orçamento da futura Unidade é o somatório dos Orçamentos do Centro Hospitalar mais os dos respetivos três ACES integrados e, portanto, existe aqui um conjunto de riscos muitíssimo relevantes que fazem olhar para esta proposta com muita dificuldade, acrescentando a isso a questão da dimensão territorial, das questões de dificuldade de mobilidade inerentes a este espaço de baixa densidade e também a circunstância de termos uma população com uma capacidade aquisitiva, um rendimento médio bastante baixo. Além do mais, também não há uma estrutura de Serviços de Saúde que possa de forma capaz e de forma abrangente substituir o Serviço Nacional de Saúde. Por tudo isto, entendemos todos que, e aqui faço um parêntese, dizendo que mais importante que os modelos são quem os interpreta e, portanto, mais importante de qualquer modelo do ULS, Centro Hospitalar, EPE, Setor Administrativo, mais importante que os modelos são quem os concretiza, quem os operacionaliza, a visão que tem para a sua orgânica a forma como se estrutura e como se interrelaciona, como se comunicam entre elas e verdadeiramente que respostas possibilita dar. E, portanto, os receios que existem sobre este modelo são grandes, no caso de Chaves, vem agudizar um sentimento de perda que aconteceu com o Centro Hospitalar e isso é manifesto e naturalmente a história dá-nos sempre ensinamentos e no caso concreto também. Por isso, quanto aos considerandos e às reflexões que foram feitas aqui pelo membro desta Assembleia Municipal, Francisco Taveira, não existe nenhuma divergência. Sabemos bem a importância que têm os Serviços de Saúde e, particularmente, para nós a Unidade Hospitalar de Chaves, para nós e para todos os Concelhos do Alto Tâmega e Barroso. Também sabemos todos a centralidade que tem a Saúde, mas também sabemos todos a complexidade e a divergência de interesses, a maior parte deles legítimos e alguns ilegítimos que gravitam em redor da Saúde, numa dimensão orçamental de 15 mil milhões de euros. E, portanto, 15 mil milhões de euros suscitam muito interesse, muitas tensões, muitas decisões e, porventura, algumas delas não tão bem fundamentadas e não tão escoradas no interesse da Saúde Pública. E, portanto, é uma área que merece atenção, a mim não me custa nada reconhecer que esta reforma sendo uma reforma importante, acreditando-se que é uma reforma importante, ela devia ser assumida, no mínimo, pelo Ministro da Saúde, no mínimo! no mínimo! Mas também é verdade, e sobre esta matéria, lendo o preâmbulo do projeto de Diploma que cria as ULS e que cria estas trinta e uma ULS adicionais, eu acho que há quase que aqui uma profissão de fé, uma ideia concetualista de que o importante é o modelo e que a reforma se faz toda alinhada com a circunstância de todos os Serviços de Saúde, dos Cuidados Primários, dos Cuidados Hospitalares Continuados, enfim das questões relacionadas com a Saúde Pública se fazem e se transformam através do modelo ULS. Quem olha verdadeiramente para este diploma, fica com a sensação que, de facto, a pedra angular da mudança na Saúde se faz por ULS, sendo que eu tenho muitas dúvidas que isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

aconteça, que isso possa ser assim, aliás, os estudos que existem sejam os patrocinados pela Entidade Reguladora da Saúde e o mais recente é de 2015, que, de facto, as conclusões são inconclusões, porque, na prática, o que diz, é que não existem evidências de que qualquer um dos modelos seja verdadeiramente determinante e que o mais importante são, de facto, aquilo que são as decisões e as Administrações ou os responsáveis por cada uma das Unidades. E, por outro lado, dizer que sobre esta questão das ULS estava eu a dizer, desta profissão de fé, desta visão concetualista, digamos, deste acreditar que tudo se muda por aqui, acho que tem um risco muito importante. Porque, se é verdade, que neste processo ninguém foi envolvido e quando falo ninguém, falo nas Autarquias, não sei se as Ordens foram envolvidas, as Associações quer de profissionais, quer de utentes, enfim, não conheço nenhum envolvimento relativamente a esta decisão e não percebo qual é o processo de formação deste diploma. -----

Por outro lado, muito acho que esta matéria mereceria uma ampla discussão com as Autarquias, até porque se tem dito de forma muito recorrente que as Autarquias são parceiros, são parceiros necessários e desejáveis no que diz respeito à Saúde. Ora, a verdade é que, salvo um pedido de parecer que foi feito à Associação Nacional de Municípios Portugueses, que representa o conjunto dos 308 Municípios do País, e cujo parecer foi negativo, não houve nenhuma outra que eu conheça, nenhuma outra, enfim, iniciativa de discussão, de reflexão, de concertação. -----

Dizer também outra coisa que me parece pertinente, era fundamental que na criação das ULS se fizesse pelo menos alguns estudos preparatórios ou então, porventura, se pudesse permitir a análise de estudos que tivessem sido feitos para outras ULS que pudessem servir de referenciais. Eu estava a pensar no caso desta que está agora em discussão e que já foi aprovada no dia 14 de setembro, a do ULS do Nordeste seria um bom caso de estudo para percebermos se, efetivamente, esta reorganização e esta solução teria a capacidade de melhorar na dimensão económica, na dimensão financeira, mas, sobretudo, na dimensão da prestação de cuidados, ou seja, na dimensão da saúde. E a verdade é que não temos essa informação e, portanto, eu acho que esta proposta tem todos os fundamentos, todas as razões para ser aprovada. Dizer que esta proposta também é uma forma de provocação, de provocar a reflexão. Porque se é certo que eu, pessoalmente, tenho muitas dúvidas sobre as virtudes das ULS, ainda assim, uma proposta dessa natureza põe a tônica numa resposta de saúde de proximidade, de uma resposta de saúde, enfim, centrada nas comunidades. E, portanto, é isso que me parece que permite e só por isso ou também por isso, esta proposta merece, (como sabem, eu não vou poder votar se não votava favoravelmente) ser sufragada. -----

Depois, dizer ao senhor membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, tenho aqui uma súmula de todas as intervenções que foram feitas em 2008, 2009 e 2010 por todos os Membros desta Assembleia Municipal, se quiserem, depois faculto-lhe esta documentação, são muitas páginas, não é só uma, são muitas páginas, alguns dos quais estão nesta sala, designadamente o Membro desta Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, do PSD, que tem uma série de intervenções nesta matéria. Mas dizer o seguinte, eu acho que continuar a utilizar este tema como arma de arremesso político-partidário é mau caminho. Se no passado, em 2006 e em 2007, a propósito da integração do Hospital Distrital de Chaves no Centro Hospitalar de Chaves, houve alguns representantes do Partido Socialista que tinham umas determinadas opiniões, não sei se ainda hoje as sustentam ou não, não sei, não pode ser dito, na minha perspectiva, que isso era a posição do Partido Socialista. De qualquer das formas, dizer que a posição nesta matéria e que resulta das muitas intervenções, é que havia aqui, claramente, uma vontade comum, era que houvesse Serviços de Saúde de qualidade e de proximidade, isto é visível nas intervenções todas, toda a gente o disse e penso que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

agora também é a mesma coisa. Mas, por outro lado, dizer o seguinte, não se deve confundir a integração do Centro Hospitalar com a questão da desqualificação da Urgência, eles foram processos distintos, não são processos idênticos e, portanto, tentar confundir uma coisa com outra e falar que era a mesma coisa, não é verdade! Porque sobre essa matéria sobre a desqualificação das Urgências, eu lembro que era Presidente da Comissão Política do PS, tomei algumas posições bastante críticas para não dizer violentas relativamente ao então Ministro da Saúde. Portanto, temos que distinguir momentos diferentes, processos diferentes e o que motivou, de facto, aquela grande manifestação que, naturalmente, teve uma adesão da população, teve adesão de pessoas que votam no PS, de pessoas que votam no PSD, de pessoas que votam na CDU, de pessoas que votam no CDS, pessoas que não votam em partido nenhum, porquê? Porque estava em causa um direito absolutamente essencial, que é o direito à Saúde e, portanto, o que eu pedia sobre esta matéria, é que não caíssemos mais uma vez na armadilha de a transformar numa querela político-partidária, porque, pelo menos ao nível Concelhio, ela não é seguramente ou pelo menos não contará com a minha participação. Muito obrigado. -----

José Pimentel Sarmento, pelo **PSD**, no uso da palavra disse: -----
“pedido de esclarecimento” -----

A única coisa que eu quero dizer ao Senhor Presidente, é o seguinte: Estou de acordo com aquilo que o senhor Presidente disse, e pode contar comigo, se de facto as coisas se complicarem e se os nossos interesses estiverem em causa, sabe que conforme fui para a frente, na altura, e coordenei quase praticamente todo o processo, já se esqueceu que eu fui eleito por esta Assembleia Municipal para ser o coordenador das Assembleias Municipais do Alto Tâmega para contestarmos o processo de integração? Por conseguinte, era só isso que eu lhe queria dizer. Aproveito, eu tinha uma série de perguntas para fazer na informação do senhor Presidente, mas dado que esta Moção, para mim era muito mais importante, prescindi, não falei, é só isso que eu quero dizer. As pessoas também devem, de facto, ser pelo menos, não digo repreendidos porque esse é um termo muito forte, mas devem chamar-se à razão que na altura, na Câmara Municipal, sofri vários ataques da senhora Doutora Paula Barros que se recusou a assinar o nosso projeto que foi apresentado na altura pelo senhor Arquiteto António Cabelreira. Tenho dito. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra disse: -----
“pedido de esclarecimento” -----

Não pareceria mais lógico para quem ouviu a Moção, para quem ouviu a intervenção do senhor Presidente da Câmara que a Moção também rejeitasse este projeto feito em cima do joelho da organização em Unidades Locais de Saúde? Porque é que eu estou a dizer isto? Senhor Presidente da Câmara, eu entendo com isto que o Partido Socialista diz, “esta reforma é feita em cima do joelho e é desadequada”. E como é que a Assembleia Municipal vai responder, fugir para uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega? Mas não, não ouvi em nada da proposta a rejeição de, de repente, fazer uma reforma da Saúde em cima do joelho, sem ouvir ninguém? Pronto, é só esse o pedido de esclarecimento. Ou eu não consegui ouvir tudo, ou tudo vai estar focado na Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e não na rejeição do modelo que está a ser implementado à pressa em detrimento do investimento no Serviço Nacional de Saúde. -----

Encerrou a discussão deste ponto, o senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**. -----

Renovo cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, aos Membros da mesma, aos senhores Vereadores, a todos os membros desta Assembleia Municipal e todos quantos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

se encontram neste espaço. Eu, para ser sincero, não ouvi nenhum pedido de esclarecimento em nenhuma das duas intervenções, penso que foi mais um momento aproveitado para acrescentar argumentos às intervenções antecedentes, mas, de qualquer das formas, dizer o seguinte: primeiro, relativamente à intervenção do senhor Membro desta Assembleia Municipal, José Pimentel, do PSD, dizer claramente que o PS tem toda liberdade e toda a legitimidade para fazer todas as intervenções sobre esta e sobre qualquer outra matéria, aqui ou noutro espaço e, portanto, dizer-lhes sobre isso, muito frontalmente, que me parecem desadequadas, sobretudo a parte final da sua intervenção, sinceramente se na primeira parte até poderia concordar com ela, a parte final encontra-se desajustada àquilo que foi o pedido de esclarecimento. ----- Quanto à última questão do senhor Membro desta Assembleia Municipal, Manuel Cunha, da CDU, eu tive, há pouco, a oportunidade de dizer que aquilo que iria dizer era a título pessoal, não sei se percebeu que também disse, a certa altura, sobre a reforma que, porventura, mesmo dentro do PS existem opiniões diferentes sobre diferentes matérias e, portanto, não foi o Presidente da Câmara que apresentou a Moção nesta Assembleia Municipal, foi a Bancada do PS que fez a apresentação desta Moção, eu interpreto-a como sendo uma crítica, um chamar de atenção a todo este processo e, sobretudo, a esta desatenção relativamente a este território do Alto Tâmega e Barroso, interpreto-a assim como uma forma de chamar atenção de provocação. Estamos aqui num processo de alguma complexidade, teríamos que lhe dizer tudo o que tivermos que dizer sobre esta matéria, e a nossa matéria é muita, e a nossa postura é muito crítica, porque acreditamos que ou se faz alguma coisa nos Serviços de Saúde mais periféricos, ou então a questão agudiza-se, porque o problema não vai ser da ULS, não vai ser do Centro Hospitalar, não vai ser do Setor, vai ser do que? Da incapacidade crescente que estas Unidades (estive a ver, por exemplo, em 2011 ou 2012 foram criadas várias Unidades Locais de Saúde no Alentejo, mas também noutros sítios) e o grande problema com que elas se confrontam, é, sobretudo, com a captação, com o recrutamento e fixação de médicos, sobretudo médicos, não tanto de outros profissionais, de médicos. Portanto, o desafio maior é, como é que se consegue criar Unidades de Saúde sem ter os recursos humanos capacitados, qualificados e diferenciados? Este, é agora, o grande desafio, e para mim não é tanto o modelo. -----

No uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Altamiro da Ressurreição Claro**, efetuou um pequeno esclarecimento. -----

Antes de passarmos à votação desta Moção, queria dizer aos senhores membros desta Assembleia Municipal o seguinte: -----

A nossa missão aqui é fazer cumprir um documento que foi aprovado por esta Assembleia, não é estar aqui a ter um critério para uns e ter outro critério para outros e, portanto, procuramos ter a maior isenção possível. A Assembleia Municipal tem sempre um recurso, quando entenderem que nós não estamos a cumprir com aquilo que devemos fazer, é apresentar uma Moção de censura e nós estamos disponíveis para irmos embora, se for esse o caso e a vontade da Assembleia Municipal. Muito obrigado, passamos à votação. -----

Colocada à votação, a moção foi aprovada por maioria com 62 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções. -----

Manuel Justino Matos Cunha, pela **CDU**, no uso da palavra, fez uma Declaração de Voto: -----

Num momento tão sério de eminente colapso do Serviço Nacional de Saúde teria sido mais útil que o Governo se focasse na resposta aos problemas dos recursos humanos e das carreiras profissionais do que desenfocasse no modelo de gestão dos Cuidados de Saúde que não foi proposto nas Eleições que não foi apresentado no Programa de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Governo e que não foi discutido rigorosamente com ninguém! Parece-nos que esta Assembleia, quando há uma ameaça concreta de um encerramento mais constante, por exemplo, da Urgência de Pediatria, mas que pode ir para além disso, nas circunstâncias atuais, devia estar muito mais focada e mais centrada nessa denúncia do que numa proposta de criação de uma Unidade Local de Saúde do Alto Tâmega e Barroso que, no fundo, vem branquear a decisão do Governo de reorganizar mal os Cuidados de Saúde e que não tem em conta um aspeto, do ponto de vista de recursos, o Hospital de Chaves em termos médicos e como disse o senhor Presidente da Câmara, é essa a questão essencial, fica completamente descalço em termos de recursos humanos. -----
Eu não sei como é que se sustenta a diálise se não a privatizarmos, eu não sei como é que se sustenta o Centro do Hospital de Dia Oncológico sem a integração com o Centro Hospitalar, a CDU foi contra, no passado, da criação do Centro Hospitalar, dezasseis anos depois, é a declaração de voto da CDU, digo novamente, dezasseis anos depois o querer desarticular o que se foi construindo com tantas dificuldades, é um erro histórico. E o PS e o PSD vão se arrepender de terem votado esta proposta que não corresponde aos interesses das populações. -----

José Pimentel Sarmiento, pelo **PSD**, no uso da palavra, fez uma Declaração de Voto: Vou ser muito clarinho, votei a favor por disciplina de voto e tenho que seguir as diretrizes do partido, sempre foi assim e assim será. Mas não quer dizer com isso que eu esteja a favor! Eu tenho muitas dúvidas e muitas reservas que, de facto, estas não sejam a saída do bota para a frente do Partido Socialista como já foram feitas outras. E, por conseguinte, nada me garante que não vamos ficar muito piores do que o que estamos e que não vamos perder Serviços e que não vamos, de facto, ficar com a qualidade dos serviços prestados ainda pior do que aqueles que já estão, embora digam que estão muito bons, mas só quem lá anda todos os dias e não tem serviços privados à sua ordem, é que sente as horas e horas de espera quando tem que se recorrer à nossa Unidade Hospitalar. Por conseguinte, para mim, esta é a minha declaração de voto, já disse, votei a favor, estou aqui para ir para a frente na luta, se assim o entenderem e devem-no fazer se as coisas se agravarem e virmos que não temos condições para poder aceitar este tipo de projeto, mas isto é uma fuga para a frente do Partido Socialista como tem feito até aqui, como fez da primeira reforma e agora a segunda. Muito bom dia, obrigado e desculpem, mas eu, quando toca à Cidade, estou sempre à frente. -----

PONTO 4 – ACORDO DE COLABORAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA ADESÃO AO BALCÃO ÚNICO DO PRÉDIO (BUPI) NO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 88/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----
Senhor Presidente da Mesa, senhor Secretário, senhora Secretária, senhores Membros do Executivo Municipal, senhores membros da Assembleia Municipal e todas as pessoas presentes. A proposta que trazemos à Assembleia Municipal na sequência da apreciação e votação na respetiva reunião de Câmara, vai no sentido de que o Município de Chaves possa aderir ao Balcão Único do Prédio, designado pelo acrónimo BUPI. É uma proposta que visa permitir que o Município possa cooperar, colaborar neste processo e que se possa avançar num processo de identificação da estrutura fundiária e também da atualização dos prédios rústicos e mistos, mas também, em muitos casos, coligar e ajudar a construir informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios rústicos. E, portanto, é esta a proposta que aqui está, é uma proposta que vai no sentido de que o Município possa subscrever, outorgar o acordo interinstitucional com o Instituto de Registos e Notariado e também com a estrutura de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

missão para a expansão do sistema de informação cadastral simplificada. É uma proposta que foi feita e que procura criar alguma universalidade nestas respostas, sendo certo que continua a ser uma proposta que vai obrigar o Município a incorrer em encargos financeiros adicionais. Da análise às soluções já implementadas no País e, objeto de financiamento por Fundos Comunitários, tem-se percebido ou tem sido possível apurar duas conclusões. Primeira, trata-se de um processo muito mais complexo, mais difícil e de sucesso muito mais crítico do que era suposto, por outro lado, o financiamento cifra-se em cerca de 50% do valor desta operação. No nosso caso, e nós temos um pouco acima cerca 160 mil matrizes rústicas, e se tivermos como objetivo concretizar 30% dessas matrizes, estaremos a falar dum custo deste processo na ordem de meio milhão de euros, provavelmente, um pouco acima do meio milhão de euros. E, portanto, é algo em que avançámos porque percebemos que existia, na comunidade, alguma inquietude e alguma intranquilidade, sobretudo, por parte dos agricultores que fazem candidaturas a fundos agrícolas e que, de alguma forma, poderia estar aqui a suscitar alguma perplexidade e algum risco inexistente, mas, ainda assim, afirmado de impossibilidade de acesso a esses financiamentos. Portanto, foi com esta motivação em criar segurança, tranquilidade, estabilidade, que avançámos com esta solução, continuando a entender que esta é uma obrigação do Estado através do Ministério das Finanças e, portanto, era uma tarefa que devia ser concretizada pelo Estado e não pelos Municípios, porque, mais uma vez, ficamos onerados com a concretização deste objetivo, mas em nome dos interesses dos nossos concidadãos trazemos aqui a proposta depois de muito ponderada e de muito pensada. Muito obrigado. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 59 votos a favor e 1 abstenção. -----

PONTO 5 - DOAÇÃO DE PRÉDIOS RÚSTICOS SITUADOS EM CASINHAS E NABELHOS, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. PETICIONÁRIO: INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA. PROPOSTA Nº 101/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, respetivos Secretários, senhora e senhores Vereadores presentes, distintos Membros desta Assembleia Municipal, público, comunicação social e membros do apoio técnico à mesma. A proposta que nós trazemos aqui, hoje, na sequência da decisão tomada por unanimidade no Executivo Municipal, tem a ver com a doação de um conjunto de prédios localizados nos topónimos Casinhas e Nabelhos na Freguesia de Outeiro Seco, são os terrenos, uma referência para que as pessoas os identifiquem melhor, em que uma vez o PSD imaginou lá fazer uma cidade desportiva. Portanto, quisemos dar conhecimento à Assembleia Municipal de uma decisão já tomada no Executivo Municipal relativamente à doação de um conjunto de prédios que ficam localizados nos locais em que eu já referi e que têm como destino, como afetação e como intenção, permitir que o IPB de Bragança possa levar a efeito, numa primeira fase, a construção de uma residência universitária para 120 camas, cujo investimento está financiado pelo PRR, cujo projeto já entrou na Câmara Municipal e, portanto, que se aguarda que possa em breve poder avançar para o respetivo procedimento de contratualização da respetiva empreitada. Mas, também, para que aí se possa desenvolver no futuro, numa fase subsequente, uma iniciativa mais ambiciosa que é dar tradução ao ensino superior, mas, sobretudo, na dimensão da Ciência e da Tecnologia. Aproveito para dizer que, hoje, em Chaves, já existem 451 estudantes no Ensino Superior, para explicar melhor estes números e que não fiquem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

interrogações na cabeça de alguns Membros desta Assembleia Municipal, passo a enumera-los, 332 são do Ensino Privado, da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha do Alto Tâmega, depois temos 49 alunos na Licenciatura de Fisioterapia da Escola Hotelaria e Bem-Estar do Instituto Politécnico de Bragança, 20 alunos da Licenciatura em Gestão Hoteleira e os restantes 50 são alunos do Curso Técnico Profissional e Superior de Termalismo, são estes os números de alunos que frequentam o Ensino Superior no Alto Tâmega e particularmente em Chaves. -----

Portanto, é com esta intenção de poder criar as condições, neste caso, físicas para que, efetivamente, o processo de afirmação do Ensino Superior Público, mas também o ensino privado em Chaves possa acontecer que se faz esta proposta no sentido de que possa ser cedido este conjunto de prédios, prédios que estão avaliados por um perito que necessariamente está inscrita na CMVM e que tem um valor inferior àquele que seria o exigível para poder vir à Assembleia Municipal, têm um valor de 104 mil 438 euros, foi por esse valor que foi feita a avaliação. -----

Dizer também que esperamos, em breve, poder trazer aqui à Assembleia Municipal uma outra proposta de cedência, provavelmente por permuta de mais um prédio para que fiquem depois, sim, concluídas todas as condições físicas para que efetivamente esta intervenção possa acontecer. De qualquer das formas, é importante dizer que o Instituto Politécnico de Bragança fica com a obrigação de, num determinado prazo, fazer a concretização da Residência Universitária e também do Parque de Ciência e Tecnologia, porque, de outra forma, será revertido a favor do Município não só o terreno, mas toda a construção que aqui seja erigida. Portanto, estamos a falar de uma doação sob condição resolutiva, é isso que nós propomos, é isso que foi aprovado pela Câmara Municipal e é isso que damos conhecimento a esta Assembleia, porque entendemos que é um passo importante, relevante numa dimensão da governação Autárquica, razão pela qual fazemos questão em dar conhecimento a todos os Órgãos do Município. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----

Muito bom dia, os meus cumprimentos ao senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados Municipais, caros funcionários do Município, membros da comunicação social presentes e público em geral. -----

“A interioridade é uma realidade sócio - económica contra a qual todos nós, que aqui habitamos, temos que investir; -----

Os diversos fenómenos demográficos, com índole económica, têm levado a um êxodo cada vez mais acentuado das populações que vivem nestas mesmas regiões, que se deslocam para o litoral, ou zonas adjacentes, bem como para o estrangeiro, na busca de melhores condições de vida; -----

Sucedem que muitos dos jovens que aqui concluem o ensino secundário se vêm forçados a abandonar a sua terra para darem continuidade aos estudos, acabando muitas das vezes por se fixar nessas localidades onde obtêm as suas licenciaturas; -----

De acordo com os dados da Pordata, desde 2000, por cada 10 estudantes que saíram das suas terras no interior para estudarem, apenas 3 regressam no imediato ao ponto de partida, o que representa um decréscimo e um empobrecimento dessas mesmas regiões; -----

Fonte de desenvolvimento social e económico incontestável, as Instituições de Ensino Superior têm como principal objetivo a qualificação de alto nível de todos os que as frequentam e são, por isso, responsáveis por melhorar as competências e preparar os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

jovens para a vida ativa, funcionando como centros agregadores não só a nível letivo, mas também como catalisador de desenvolvimento social, económico e financeiro; ---- A cidade de Chaves viu-se abandonada pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujo acrónimo usado para a designar é de UTAD, tendo já sido aqui relatado que a sua reitoria considera que essa mesma instituição tem uma vocação duriense, ficando de costas voltadas a montante. Quiçá até fosse aconselhável mudar de designação! --- Mas o atual executivo camarário por vencido nunca se dá, e das fraquezas faz forças! - Como tão bem aqui foi explicado, estes terrenos, localizados na freguesia de Outeiro Seco, conforme as plantas de localização que aqui exibo demonstram, destinam-se à instalação de uma importante estrutura de apoio aos estudantes que frequentam os cursos superiores aqui ministrados. -----

Numa altura em que são publicamente conhecidas as dificuldades de encontrar alojamento em todas as localidades do país, eis que nesta cidade e neste concelho a câmara municipal antecipa um problema e contribui para a construção desta crucial estrutura de apoio. -----

Chaves volta a ter ensino superior, cumprindo de forma cabal uma das promessas eleitorais! -----

É intenção deste município atribuir outros prédios que possibilitem que seja implementada uma estrutura tecnológica e científica, onde poderão ser ministrados diversos cursos; -----

Aquilo que é relevante é que temos uma afirmação e crescimento do ensino superior público, e teremos uma residência universitária que concede condições de habitação a todos quantos para aqui queiram vir estudar; -----

Não posso deixar de sublinhar que estes prédios objeto de doação são aqueles para onde estava prometida a construção da “Cidade Desportiva”, a qual nunca teve qualquer consubstanciação material, mas que foi objeto das maiores parangonas e publicidade dos anteriores executivos camarários do PSD. -----

Nestes terrenos abandonados, onde nunca cresceu a tão propagandeada cidade desportiva, vai brotar uma importante estrutura de apoio ao conhecimento. -----

Merece o nosso destaque pela sua imediata relevância, pelo facto de se concretizar e não se andar a publicitar algo que nunca se vai realizar. -----

Bem sei que é a insígnia da PSP, mas porque de conhecimento aqui se fala, também a mesma fará sentido ser usada pois este executivo também segue tal princípio “res, non verba”, isto é, “obras, não palavras”! Fazendo uso de outra expressão latina “verba volant, scripta manent”, e que muito simplesmente poderemos traduzir por “as palavras voam, a escrita permanece”, temos que concluir que se está a “escrever” no terreno, que se está a edificar, e não apenas a verbalizar, como sucedeu no passado; -----

Por último destacar a boa articulação existente entre a edilidade e o IPB, que leva que se instalem e lecionem cursos que têm interesse para a região, e que vão de encontro às necessidades locais, ajudando imenso na fixação de novas pessoas, novas famílias, novas empresas e unidades económicas na nossa região. -----

Senhor Presidente e senhores Vereadores, continuem com este bom trabalho, o qual merece o nosso total apoio.” Muito obrigado. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 6 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA PARA APOIAR O DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL NÃO SUPERIOR. PROPOSTA N.º 105/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhora e senhores Vereadores, senhores Membros da Assembleia Municipal, meus senhores e minhas senhoras. Este é um assunto que merece que lhe dediquemos algum tempo e alguma explicação do contexto e do propósito. Vou fazê-lo sumariamente, depois, naturalmente, estarei disponível para prestar os esclarecimentos que entendam pertinentes, se não for capaz disso de imediato, fá-lo-ei em momento posterior por escrito. Nós estamos a falar da Associação Promotora de Ensino Profissional do Alto Tâmega e Barroso que tem como projeto único ou tem pelo menos como projeto único a Escola Profissional de Chaves. Esta Escola Profissional de Chaves surgiu, nasceu de uma forma embrionária muito entusiasta e inorgânica em 1989/1990, na transição das Eleições Autárquicas de 1989 para 1990. Foi criada numa fase inicial sem nenhuma figura jurídica subjacente, mais tarde, e como sabem, funcionou durante muito tempo na Raposeira, foi aí que desenvolveu um conjunto de atividades muito importantes, mas num determinado momento em que houve necessidade de lhe dar natureza jurídica, organizativa e institucional, foi criada uma Associação, a Associação Promotora de Ensino Profissional do Alto Tâmega e Barroso. Foi entendido nessa altura que era fundamental que esta Associação pudesse ter promotores, parceiros de diferente índole e, portanto, nessa fase foi entendido que os parceiros seriam o Município de Chaves, a Santa Casa da Misericórdia de Chaves e Boticas, à data, e também a ACISAT. Como sabem houve um conjunto de vicissitudes, um processo evolutivo, houve uma fase em que foi possível fazer a construção das instalações, aonde funciona atualmente a Escola Profissional, obras essas que foram feitas à custa e graças à intervenção da Câmara Municipal que financiou uma parte significativa dessas obras e a outra parte, mais ou menos de forma equivalente, em 50%,50%, terão sido financiadas por Fundos Comunitários. Houve um conjunto de vicissitudes, de questões relacionadas com financiamentos, com créditos, e houve depois, nessa altura, a necessidade de transferir o imóvel, o edifício e o logradouro adjacente para a Escola Profissional de Chaves. ----- Portanto, esta é a realidade que hoje existe, isso foi feito com base numa doação que o Município fez e que foi sancionada favoravelmente por esta Assembleia Municipal numa das suas Sessões. Hoje, nós temos uma Escola Profissional que é detida, que é propriedade de uma Associação Promotora do Ensino Profissional do Alto Tâmega e Barroso que pelos estatutos existentes seria detida mais ou menos nesta proporção: 18% das participações para cada um dos parceiros, ACISAT e Santa Casa de Misericórdia de Chaves e Boticas, agora Santa Casa da Misericórdia de Chaves, depois da decisão da separação com Boticas e os restantes, seriam detidas pelo Município de Chaves. Se bem se recordam, não há muito tempo, foram aprovadas alterações aos estatutos desta Associação. E, portanto, nessa fase de formalização notarial, mas também técnica, foi constatado mais recentemente que, afinal, aquilo que eram as participações de cada uma das entidades promotoras não tinham sido realizadas, eu repito, que a participação da ACISAT não tinha sido realizada, que a participação da Santa Casa não tinha sido realizada e que a participação última do Município também não tinha sido realizada, estamos a falar de 330 participações para cada um dos parceiros, 330 participações que implicariam a entrada de 330 mil euros para cada um, porque cada participação é o equivalente a 1000 euros, que nunca entraram. Ora, perante esta situação e esta complexidade, promoveram-se um conjunto de reuniões nos Órgãos da respetiva Associação: Direção; Assembleia Geral e Conselho Fiscal. Nessas reuniões os parceiros entenderam, designadamente a ACISAT e a Santa Casa da Misericórdia de Chaves que não têm condições financeiras para subscrever as participações que falta subscrever. A Santa Casa da Misericórdia de Chaves já tomou uma deliberação, devolver à Associação o direito a essas participações e, portanto, significa que não as vai realizar, vai deixar de ser parceiro da Associação Promotora do Ensino Profissional do Alto Tâmega e Barroso, por seu lado, por parte da ACISAT, foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

comunicado também que não teria condições para poder assumir a realização das 330 participações, mas que, ainda assim, iria procurar realizar cerca de 1% do capital social da Associação Promotora do Ensino Profissional de Chaves e, portanto, fará uma realização entre 10 a 12 participações, ou seja, entre 10 a 12 mil euros de participações. Isto é apenas a questão do contexto e, portanto, significa que a muito curto prazo, acontecerá que o Município, contrariamente ao que os Executivos do PSD diziam, que o Município de Chaves não tinha uma posição preponderante, dominante na Associação, ela era dominante e sempre foi dominante porque ela sempre foi superior a 66%, mas ela vai ser mais dominante. Ora, chegados aqui, chegados a esta situação, haveria necessariamente e há necessariamente que tomar algumas decisões importantes e as decisões poderiam ser de diferente índole. Nós identificámos três, a primeira era pura e simplesmente entender que a Escola Profissional tinha chegado ao seu ciclo de vida final, teria terminado o seu papel, ter-se-ia esgotado o projeto e que, por conseguinte, tendo em atenção um défice acumulado de cerca de 800 mil euros que tem e que se pode explicar a seguir, como é que se chegou a este valor, isso implicaria obrigatoriamente saldar todas as dívidas, designadamente as dívidas que houvesse para com os fornecedores, para com as entidades bancárias e também com os trabalhadores, porventura, isso esgotaria, se fosse suficiente, aquilo que é o ativo único da Associação, que é o edifício mais o logradouro, esta era uma das hipóteses. Outra das hipóteses que se poderia colocar nesta matéria, um pouco ainda alinhada com esta ideia, nós não vamos reconhecer que não tem condições para continuar, mas vamos pedir uma recuperação de empresa, ou seja, um processo de recuperação de empresa, mas, no essencial, não ia resolver nada, só ia, provavelmente, paralisar aquilo que fossem as obrigações e as responsabilidades desta Associação, mas, no essencial, não resolveria nada. Outra das hipóteses seria procurar um parceiro privado para poder alienar as participações que os parceiros e, neste caso, que o Município tivesse ou tenha ou tem, melhor dito, nesta Associação. Como perceberão, nunca é bom negócio fazer uma operação desta natureza quando a situação é crítica e quando estamos numa situação de dificuldade, porque, porventura, não haveria interessados ou se os houvesse naturalmente queriam fazê-lo de uma forma desproporcionada e não equilibrada. Outra das vias possíveis era reconhecer que, efetivamente, existe um passivo com expressão, com significado e que esse passivo resultou de três causas principais. A primeira causa consiste no facto de se tratar de uma Escola que foi gerida durante 20 anos com uma conta caucionada e essa conta caucionada era a forma de financiamento permanente da Escola Profissional, que gerou, em média, entre 30 a 40 mil euros e em alguns anos 50 mil euros de despesa financeira, o que, ao fim de 20 anos, representará, provavelmente, perto de 600 mil euros. Perguntar-se-ão, porque é que havia uma conta caucionada? Porque foi decidido por alguém em tempos, e foi entendido, que era a melhor, a única solução possível para poder financiar a Escola, sendo certo, que quem faz gestão, sabe que as contas caucionadas servem apenas como instrumento de apoio à tesouraria para que possa suprir aquilo que são fases de desfasamento entre os movimentos de entrada e os movimentos de saída. Mas, a verdade, é que ela existe até hoje, ela já foi de 950 mil euros, hoje é de 500 mil euros, não que a Associação não precise de recursos financeiros para poder corresponder às suas responsabilidades, seja pagamento de remunerações aos docentes, aos não docentes, àquilo que são os custos de funcionamento, para pagar aquilo que é o direito dos formandos, das bolsas, subsídios de refeição. Mas, a verdade, é que por decisão da Entidade Bancária ela está em 500 mil euros, reduziu substancialmente. Outra das principais razões para este passivo foram cerca de mais 200 mil euros em processos de contencioso de natureza laboral. ----- Houve um conjunto de docentes que durante muitos anos, não foi na minha gestão, já foi antes, colocaram um conjunto de ações que representaram só num caso 70 mil euros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

que a Escola foi condenada a pagar de indemnização laboral e, ao mesmo tempo, a reintegração do trabalhador. -----

Chegados aqui e já vou dizer qual foi a opção que foi interpretada, quer pelos Órgãos da Escola e também sufragada por mim, é no sentido que nós não podemos, de forma alguma, abandonar a Escola Profissional por uma multiplicidade de razões. Primeira, porque constitui um ativo formativo, técnico, institucional, absolutamente notável, nós temos que pensar que a Escola Profissional nos últimos 30 anos, 33 anos, formou, qualificou, capacitou milhares e milhares de jovens tão importantes para a concretização desta estratégia que é de Turismo, de Termalismo, todos nós temos a certeza que Chaves, o Alto Tâmega, mas particularmente Chaves, tem um papel importante no Turismo e só há Turismo se houver serviços de qualidade, só há serviços de qualidade, se houver pessoas formadas na área para os hotéis, para a restauração, enfim, para as cozinhas, para os bares para todos aqueles operadores que têm uma atividade relevante nesses setores. Portanto, entendemos que tudo o que foi feito até hoje a nível da qualificação e da capacitação é absolutamente importante, mas não só o que foi feito, mas também aquilo que, na nossa perspetiva, ainda tem que ser feito. Todos têm conhecimento e sabem bem qual é a estratégia que está a ser seguida, não só por Chaves, mas pelo Alto Tâmega e a estratégia está muito centrada, como sabem, na valorização dos nossos recursos endógenos, naturalmente na água e necessariamente no Termalismo, mas também em todas as outras expressões de turismo. -----

Portanto, dizer que estamos absolutamente convencidos que temos que continuar a apostar numa formação diferenciada, porventura de maior qualidade, com certeza, mas temos que continuar a formar, a qualificar os nossos jovens, sobretudo, aqueles que não querem prosseguir um percurso de formação regular, sendo certo que alguns dos alunos que concluem o Ensino Profissional também vão para o Ensino Superior e mais agora, porque agora, que temos um curso do IPB de Gestão Hoteleira, faz muito mais sentido que nós não permitamos que a Escola Profissional acabe, aliás, seria, na nossa perspetiva, uma indicação, um sinal contraditório de abandono das duas principais apostas, uma que tem a ver com esta aposta no Turismo e depois, por outro lado, esta ideia que é importante, a capacitação, dissemo-lo e continuamos a dizer que é fundamental capacitar pessoas, empresas e instituições e, por isso, não poderíamos nunca abandonar a Escola Profissional. -----

Por outro lado, entendemos e estamos verdadeiramente convencidos que a Escola Profissional bem gerida e com uma reorganização e uma reestruturação, tem sustentabilidade. Bem gerida na perspetiva financeira e económica, mas também na perspetiva mais técnica, mais na área pedagógica ela é sustentável económica e financeiramente, é também sustentável sob o ponto de vista da formação dos nossos quadros. Para que isso aconteça, é necessário tomar algumas decisões, uma decisão é, naturalmente, dar a esta Instituição a capacidade de continuar a sua atividade, para isso temos que progressivamente fazer a compensação progressiva do seu passivo, do seu défice de exploração e, portanto, o que nós trazemos aqui é a compensação do défice de exploração deste ano para que, de facto, nós possamos progressivamente caminhar no sentido da criação das condições para que ela seja verdadeiramente sustentável e ela continue a cumprir um papel inestimável de qualificação na área, sobretudo, na área da hotelaria e da restauração. -----

Mas há mais uma razão para que nós apostemos na viabilidade desta Associação e, por conseguinte, nesta Escola Profissional. Existem fundadas expectativas para não que a Escola Profissional vai poder aceder a um financiamento de valor superior a 1 milhão de euros no âmbito do PRR para requalificação das suas infraestruturas e requalificação dos seus equipamentos. Portanto, vamos ter oportunidade no âmbito do financiamento dos centros tecnológicos que nós podemos ter, como já temos um aqui no Concelho, como sabem, uma candidatura ganha por parte do Agrupamento de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Escolas Doutor Júlio Martins na área industrial e está agora outra vez a concurso na área da informática uma outra candidatura. -----
Portanto, é mais uma razão, será mais um ativo, mais uma oportunidade, não só para reforçar em termos de ativos esta Escola, mas, sobretudo, para permitir que a Escola possa desenvolver um trabalho, uma atividade ainda mais capaz, formando melhor, desenvolvendo aqui um trabalho mais diferenciador. Dizer, que a Escola, ainda tem hoje 220 alunos do Ensino Profissional, sabendo todos que o desafio do Ensino Profissional é muito difícil, não só porque existe uma forte concorrência das Escolas Públicas, mas também porque há uma concorrência muito grande das Escolas Privadas. -----
Mas, para além disso, há aqui um sinal que nos dá, que nos reforça esta esperança, é que, pela primeira vez em muitos anos, a Escola Profissional tem turmas completas, que é que eu quero dizer com isso? Até este ano, a Escola Profissional tinha em regra quatro turmas, mas uma ou duas delas eram turmas agregadas, o que significava que o financiamento do Fundo Social Europeu era, em média, 60, 70 a 80 mil euros abaixo daquilo que seria numa situação de turmas integrais, portanto. -----
Há também outro sinal. O Governo, na semana passada, decidiu, depois de desde 2008 não o ter feito, fazer uma atualização no financiamento das Escolas Profissionais em 8% e, portanto, no caso da Escola Profissional de Chaves podem ser mais de 100 mil euros de reforço de financiamento e, portanto, significa que há um conjunto de circunstâncias determinantes que nos aconselham a dar continuidade, eu diria mesmo, a sermos mais determinados na recuperação e depois na afirmação da Escola Profissional, não quero aqui fazer subjetivações, não quero aqui imputar responsabilidades em nada, nem em ninguém, apenas fazer uma constatação. E, por outro lado, dizer que o Município tem hoje condições financeiras, naturalmente, fazendo opções, não fazendo investimentos noutras áreas, não gastando o dinheiro, porque o dinheiro só se gasta uma vez, mas temos condições para ajudar e contribuir decisivamente para que a Escola Profissional possa fazer esta recuperação financeira e possa verdadeiramente continuar a apostar naquilo que sabe fazer bem, pode fazer melhor necessariamente, que é formar jovens e capacitá-los para o mercado de trabalho. E, por isso, trazemos esta proposta de celebração deste Contrato Programa de 265 mil euros, neste contexto e com estes propósitos. Muito obrigado. -----

Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado Municipal: -----

Melissa Alexandra Carvalho Lopes, pelo **PS**, no uso da palavra disse: -----
Bom dia a todos, Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhora e senhor Secretários, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Público aqui presente. -----
*“No seguimento do que nos pronunciou o Deputado Rui Pinheiro no ponto anterior, importa realçar que não é apenas o Ensino Público Superior que é valorizado e apoiado pelo Executivo Municipal, mas também o Ensino Profissional Não Superior. -----
E a prova disso é a celebração do contrato-programa entre o MUNICÍPIO DE CHAVES E A APEPAT – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO PROFISSIONAL PARA O ALTO TÂMEGA, que permitiu reunir os pressupostos legais e de interesse público necessários para apoiar, através da atribuição de um subsídio de exploração anual, o desenvolvimento e a promoção do ensino profissional não superior, num momento tão complexo e de difícil resolução da situação financeira. -----
Face a uma série de condições específicas, nomeadamente a apresentação, no fecho do exercício das atividades e competências de 2022, de um défice estrutural de exploração de 308 mil euros, registando-se uma deterioração da situação económico-financeira, foi necessário dotar a Escola Profissional de capacidade financeira,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

*possibilitando a prossecução da atividade de interesse Municipal, garantindo alguma normalidade, e preparando o futuro, de forma eficiente e com eficácia. -----
Tendo em conta que a APEPAT tem como objeto social o ensino profissional não superior e concretamente a promoção e o desenvolvimento da Educação, Cultura, Formação e qualificação Profissional dos Recursos Humanos, designadamente através da gestão da Escola Profissional de Chaves, que tem nos seus estatutos previstas algumas competências, das quais destaco a: -----*

1 – A Formação integral e intermédia dos jovens, preparando-os para um exercício profissional ajustado e uma adequada inserção profissional; -----

2 – A Promoção, conjuntamente com Instituições locais, de um projeto de formação de recursos humanos qualificados, que responda às necessidades do desenvolvimento integrado da região e do País. -----

Tendo em conta que a APEPAT tem como missão formar Técnicos intermédios, capacitar e desenvolver competências estruturais e de cidadania, empreendedorismo e inserção na vida ativa, este contrato programa torna-se imprescindível ao desenvolvimento económico e social local e uma forte ferramenta de combate à desertificação do interior do país, constituindo mais um mecanismo de atração e retenção de jovens nesta região. -----

Para além disto, é garantindo um equilíbrio maior com a atualização dos valores de 8% do valor de financiamento, que nos permite olhar para o presente e futuro, por forma a melhorar a gestão e gerar capacidade de formação, possibilitando tal como o Sr. Presidente proferiu, de beneficiar de um financiamento do PRR, na área tecnológica, na ordem dos 1.2 milhões de euros. -----

Desta forma, salientamos o esforço e a dinâmica do Executivo Municipal no sentido da valorização do ensino profissional e do território. Assim, o Grupo Municipal do PS congratula o Município, na pessoa do Sr. Presidente, pela celebração deste Contrato Programa”. Muito obrigada. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 60 votos a favor e 1 voto contra. -----

PONTO 7 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO NOS LUGARES DE FEIRA, LOJAS, ARMAZÉNS E BANCAS DO MERCADO MUNICIPAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 30/DAIRE/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Muito bom dia, novamente, senhor Presidente da Assembleia, senhora e senhor Secretário, senhora e senhores Vereadores, distintos Membros desta Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. A proposta que foi apresentada numa primeira fase ao Órgão Executivo e agora ao Órgão Deliberativo que é quem tem competência nesta matéria, visa, no essencial, dar um sinal de atenção e de compromisso com todos aqueles que utilizam e usam quer a feira semanal, quer o Mercado Municipal para poderem fazer as suas atividades. O que nós quisemos fazer depois de termos um conjunto de intervenções muito importantes de qualificação do espaço e que eu me permito aqui identificar algumas. Procurarei explicar o propósito e o escopo desta proposta. Bem se recordam o que era o Mercado Municipal e o que ele é hoje, o que é que foi feito? Eletrificação do Mercado Municipal e respetiva iluminação; colocação de lâmpadas de LED; rigor na limpeza de todos os espaços e organização das bancas dos produtores; hastas públicas para ocupação das lojas que resultaram lojas exteriores e que marcam, hoje, uma nova imagem no Mercado Municipal; pintura exterior e arranjos dos portões de acesso ao primeiro andar; criação de um espaço agroalimentar transformado para acolher, nomeadamente, produtores de fumeiro, panificadoras, vendas de compotas e licores; pinturas nos murais interiores do primeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

andar; criação do espaço, particularmente apetrechado, para acolher ações no âmbito dos Sabores de Chaves; criação do espaço Bio, porque é um segmento que terá cada vez mais impacto junto das novas gerações, quer por parte dos produtores locais, quer por parte da população consumidora que cada vez mais se identifica com este tipo de produtos; acompanhamento sistemático dos produtores locais, nomeadamente, nas suas candidaturas a Fundos Comunitários pelo Programas de Cadeias Curtas. Também dizer que sendo um acompanhamento muito importante na parte da feira, houve uma validação e identificação de todos aqueles que utilizam a feira, da definição do seu espaço, procurando-se aqui também fazer uma regularização das muitas situações de dívidas pendentes que existiam e esse processo está, hoje, quase concluído. Numas situações, reconhecendo aquilo que havia, que era a extinção das dívidas através de prescrição, mas muitas das outras situações através do pagamento ainda que faseado de muitas das dívidas que eram acumuladas e hoje, o valor que era de 34 mil euros, anda nos 5 mil euros e, portanto, há aqui um trabalho feito. Também temos, neste momento, que dar uma nota, primeiro de compromisso com todos os utilizadores, não na lógica dos consumidores, mas sim quem tem banca, quem tem um espaço, sejam lojas interiores ou lojas exteriores. O que nós quisemos fazer aqui, foi dizer que estamos comprometidos com eles e que simbolicamente o que nós fazemos e propomos, é uma redução de 5% para um conjunto de utilizadores, 10% para outros e 20% para outros, sendo certo, que o critério de determinação destas percentagens tem muito a ver com a circunstância de serem lojas que são usadas todos os dias ou apenas às quartas-feiras. Portanto, naturalmente, fazendo uma redução maior naqueles que apenas usam a quarta-feira e não, por exemplo, naqueles que têm estabelecimentos comerciais, sobretudo, nas lojas interiores e nas lojas exteriores e que as utilizam diariamente à exceção do domingo e, portanto, nesse caso, a redução da taxa é de 5%. Mas, no essencial, o que nós queremos fazer com esta proposta, é reconhecer um momento de dificuldade, sobretudo por causa da inflação e reconhecendo que, de facto, o mercado precisa desta atenção pelo papel muito importante que tem desenvolvido nesta ligação direta entre os produtores e os consumidores, nesta nova designação da economia circular e, por isso, queremos sinalizar essa sua importância e esta dinâmica, propondo uma redução de 5, 10 e 20% e, sabendo bem, que isso pode não ser muito relevante, mas certamente pode ser significativo. Muito obrigado. -----
Seguiu-se a intervenção do senhor Deputado: -----

Pedro Manuel Pereira Barroco, Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro de Agostém. -----

Antes de mais um bom dia, senhor Presidente da Mesa, senhora e senhor Secretário, senhor Presidente da Câmara, senhora e senhores Vereadores, restantes membros desta Assembleia, caros e caras colegas Presidentes de Junta, público em geral, membros de apoio e comunicação social. A minha intervenção, perde aqui e agora oportunidade uma vez que o senhor Presidente elucidou tudo que havia a elucidar. Falou de toadas as obras que se têm feito, é uma dinâmica que se espera que continue. Todos temos assistido a estas grandes obras que têm existido no Mercado Municipal, há espaços novos e renovados, trazem uma atratividade que não se via há muitos anos, gera ali não só uma oportunidade de negócio, mas também aumenta a visibilidade de quem lá está, esta dinâmica repercute-se não só na economia local e não se vê apenas nos dias, como hoje, dias de feira, para quem lá tem uma banca ou loja a funcionar todos os dias, já nota certamente alguma diferença, num momento como este, momento de enorme inflação, de grande aperto, diria eu, que em geral, todos temos ali uma alternativa, uma alternativa com grande qualidade e que o preço pouco ou nada será diferente dos grandes mercados. Com esta redução de taxas pretende-se garantir alguma coerência entre quem usa as bancas apenas nos dias de feira e quem aproveita



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

esta banca como a sua fonte de sobrevivência e a sua fonte de ganho do seu pão no dia a dia. Numa altura em que há perda de compra generalizada, temos aqui uma alternativa, uma aposta ganha e uma aposta que esperemos que o nosso Município a continue e que possa, inclusivamente, alargá-la. Um bem-haja a todos. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 8 – RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 1º TRIMESTRE DE 2023 DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES, E.M., S.A. INFORMAÇÃO Nº 17/DGF/2023; -----

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PONTO 9 – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CHAVES. - RESERVA DE RECRUTAMENTO. PROPOSTA N.º 106/GAPV/2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Renovo cumprimentos à Mesa, ao senhor Presidente, aos Membros do Órgão Executivo, a todos os Membros do Órgão Deliberativo e a toda as pessoas que se encontram presentes. Permitam-me que faça uma saudação à intervenção do Presidente da Junta que efetuou no ponto número sete da Ordem de Trabalhos. Espero que seja um incentivo para fazer mais intervenções, porque era importante que esta Assembleia tivesse mais renovação nos respetivos intervenientes e, portanto, um cumprimento muito próximo ao senhor Presidente da Junta de São Pedro de Agostém, muito obrigado. Quanto a esta questão, explica-se muito simplesmente. O que nós propomos e a proposta visa a criação de dois lugares no Mapa de Pessoal, um lugar de coveiro e um lugar de eletricista. São situações absolutamente emergentes e temos que avançar com os procedimentos para o seu recrutamento, em resultado das muitas necessidades que aumentaram pela responsabilidade pelas Escolas, particularmente, mas também pelos Centros de Saúde e necessidades internas. Portanto, temos que fazer esta contratação, são dois assistentes operacionais, mas, ainda assim, não poderíamos esperar pela Assembleia de dezembro. Por isso, é que elas vêm aqui, é para aditarmos ao Mapa de Pessoal dois lugares da carreira e categoria de assistentes operacionais, um lugar de coveiro e outro lugar de eletricista. -----

Não se registaram intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade -----

PONTO 10 – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAVES E A JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA. PROPOSTA N.º 97/GAPV/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada unanimidade. -----

PONTO 11 – ANÁLISE DO 4.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “INOVAÇÃO PRODUTIVA – EM TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE 08/SI/2020”, CLASSIFICADO COMO PIM INFORMAÇÃO Nº 19/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 24.08.2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Bom dia, novamente, cumprimento o senhor Presidente da Mesa, os senhores Secretários, os senhores Membros do Órgão Executivo e os senhores membros do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Órgão Deliberativo. Este é um assunto que é do conhecimento dos Membros desta Assembleia, porque estamos a falar já do quarto relatório semestral, significa que os três relatórios anteriores vieram a esta Assembleia, foram do conhecimento da mesma e foram aprovados, mas há, de facto, a necessidade de haver uma deliberação relativamente àquilo que é proposto no documento que vem anexo, que é um documento elaborado pela Comissão Técnica de Análise e Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal. O projeto em causa tem a ver com o investimento que está a ser desenvolvido na área do acolhimento empresarial promovido pelo “AS METAIS”, é a construção de mais uma nave, o investimento previsto inicialmente é de 6 milhões e 41 mil euros, criação de vinte e cinco postos de trabalho e o que dá nota este relatório, que é o quarto, é que o contrato que foi celebrado com o Município de Chaves e que foi aprovado neste Órgão, que a execução está alinhada com esse contrato e, portanto, a execução está em linha com aquilo que foi previsto, sendo certo, que já numa fase final, já de execução final, estamos a falar de um valor executado de quase 5 milhões de euros para os 6 milhões de euros previstos e, portanto, é expectável que nos próximos meses fique concluída e que possa entrar em laboração. E é isso que é dito neste relatório, sendo que no fim se diz que naturalmente se possa aprovar este relatório e é isso que se pede, que os membros deste Órgão Deliberativo o possam fazer. -----

Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 12 – ANÁLISE DO 1.º RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO “PROJETO CORTIZO CHAVES”, CLASSIFICADO COMO PIM - INFORMAÇÃO Nº 21/DDE/2023 DA ENGª CLÁUDIA FERREIRA DE 24.08.2023; -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a intervenção inicial para apresentação e defesa da proposta do Executivo Municipal. -----

Reitero cumprimentos, naturalmente ao senhor Presidente da Mesa, aos senhores Secretários, aos senhores Vereadores, à senhora Vereadora, aos senhores Presidentes de Junta e demais Membros da Assembleia Municipal. Dar aqui uma nota particular de enquadramento e de explicação, estamos a falar também de um projeto PIN, um projeto PIN conhecido como Projeto Cortizo de Chaves, que é um projeto de uma grande relevância e que foi apresentado pelo promotor, pelos “Alumínios Cortizo de Portugal”, como sendo um investimento previsto de 174 milhões de euros e a criação de quatrocentos e cinquenta postos de trabalho numa fase inicial. -----

É verdade que o que foi levado a uma das últimas Reuniões de Câmara e que vem agora à Assembleia Municipal, é que se possa suspender durante 12 meses o prazo deste contrato motivado por questões relacionadas com a necessidade da alteração do PDM, ou seja, para que este projeto possa evoluir, possa ter evolução na parte dos licenciamentos industriais e urbanísticos, é fundamental que a área, toda a área que pretendem intervir por várias fases, não é numa única fase, possa ter essa capacidade urbanística em face do PDM. E, portanto, o que eles pedem aqui, é que há aqui uma condição de concretização do projeto que não depende da empresa, que também depende do Município, mas não só do Município e o que se pede aqui, e a Câmara concordou, é que se suspenda o prazo durante 12 meses e até lá que se possa concretizar essa alteração ao PDM. Quanto ao PDM de Chaves, o processo de revisão do PDM de Chaves, do velhinho PDM de 1995, com tantas iniciativas de revisão, está agora na fase final de discussão, aguardando-se o agendamento da segunda reunião plenária para que se possa aprovar a revisão do PDM e possa depois, a seguir, ir para discussão pública para que todos nós possamos conhecê-lo e possamos dar contributos. Foi feita ainda, na segunda-feira, uma reunião na Agência Portuguesa do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Ambiente para discutir uma série de aspetos, neste momento está-se a discutir sobre questões de natureza regulamentar e esperamos até ao final do ano, tê-lo perfeitamente concluído e fechado para que também nós possamos cumprir uma obrigação legal, como sabem, se os Municípios não tiverem os PDMs revistos de terceira geração até 31 de dezembro de 2023, ficarão inibidos, ficarão proibidos de autorizar qualquer licenciamento urbanístico, ou seja, se até 31 de dezembro não houver uma de duas coisas, aprovação da revisão do PDM ou alteração da Lei que prorogue este prazo, todos os Municípios que não tenham a revisão do PDM concretizada, não vão estar habilitados, portanto, não poderão licenciar um armazém, uma casa, o que seja, isso significa que temos todos aqui uma grande pressão. E no caso concreto do Município de Chaves é crível, é expectável que efetivamente o processo de revisão do PDM possa acontecer até ao final do ano, daí apenas esta nota de enquadramento, porque ela está intimamente ligada com a causa que justifica esta suspensão de doze meses do prazo para a execução deste projeto. Como sabem, este projeto é um projeto de uma enorme dimensão, ele precisará de um estudo de impacto ambiental. Muito obrigado. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocado à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO 13 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA LOCALIDADE DE VIDAGO, FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS, A PEDIDO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA – PROCESSO Nº 468/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 368/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/06/2023;-----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 14 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – ENTRE AS POVOAÇÕES DE CARVELA E PARANHOS NA EM 541-2, FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA, A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA DA MONTANHA – PROCESSO Nº 478/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 373/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 22/06/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 15 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA JOSÉ ANTÓNIO COSTA NA LOCALIDADE DE VIDAGO, FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS, – A PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, ARCOSSÓ, SELHARIZ E VILARINHO DAS PARANHEIRAS, PROCESSO Nº 549/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 385/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/06/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 16 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA ESTRADA DA BARRAGEM, JUNTO À POVOAÇÃO DAS NOGUEIRINHAS NA FREGUESIA DE SANTO ANTONIO DE MONFORTE, PEDIDO APRESENTADO PELA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO DE MONFORTE, PROCESSO Nº 507/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 415/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 07/07/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 17 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NA RUA NICOLAU TOLENTINO, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 522/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 430/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 12/07/2023;-----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 18 – SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA DONA MARIA DO CARMO CARMONA, EM SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DO GABINETE DE ATENDIMENTO SANTA MARIA MAIOR – PROCESSO Nº 572/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 447/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 18/07/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 19 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO – NUM CRUZAMENTO ENTRE A ESTRADA DA GRANJINHA E A RUA DA MOURA, EM VALE DE ANTA, A PEDIDO DO SR. JOSÉ ESTEVES, ATRAVÉS DA PLATAFORMA “CHAVES À ESCUTA” – PROCESSO Nº 724/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 505/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 16/08/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 20 - SOLICITA COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA ANTÓNIO NOBRE, EM SANTA MARIA MAIOR, – A PEDIDO DO SR. VICTOR MANUEL CUNHA MESQUITA - PROCESSO Nº 653/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 490/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 04/08/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 21 – SOLICITA CRIAÇÃO DE DOIS LUGARES DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM MOBILIDADE CONDICIONADA – NA RUA DOM FRANCISCO MANUEL DE MELO, EM CHAVES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DO SR. LUÍS PEREIRA, EM REPRESENTAÇÃO DO HOSPITAL PRIVADO DE



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

CHAVES, S.A. – PROCESSO Nº 322/19 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 389/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 27/06/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 22 – SOLICITA MARCAÇÃO DE UM LUGAR DE ESTACIONAMENTO – NA AVENIDA 5 DE OUTUBRO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, A PEDIDO DA SRA. FÁTIMA FERREIRA, EM REPRESENTAÇÃO DA EMPRESA, A VOZ DE TRÁS-MONTES, LETRAS DINÂMICAS, LDA – PROCESSO Nº 486/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 397/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 02/08/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 23 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA DA VÁRZEA, NA FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, PEDIDO APRESENTADO PELO GABINETE DE ATENDIMENTO SANTA MARIA MAIOR, PROCESSO Nº 485/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 402/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 03/07/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 24 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NO CAMINHO VELHO DO SEARA, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, PROCESSO Nº 503/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 411/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 05/07/2023; -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO 25 – SOLICITA MEDIDAS DE ACALMIA DE TRÁFEGO – NA RUA CAPITÃO ALÍPIO DE OLIVEIRA E NA RUA DE TIMOR, NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE, – PEDIDO APRESENTADO PELA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE PROCESSO Nº 389/23 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 417/DPM/2023 DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, DO SENHOR ENGENHEIRO BRUNO MIRANDA RUA, DATADA DE 10/07/2023. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----
Não se registaram intervenções. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Por último, o Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, no uso da palavra disse: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Quero, em meu nome pessoal e da Mesa, agradecer a vossa presença, a vossa colaboração, o vosso empenhamento e a forma democrática e civilizada como decorreu esta Assembleia. Desejar a todos a continuação de um bom dia e até à próxima reunião. Tudo de bom para todos vós. Obrigado. -----

De seguida, deu como encerrados os trabalhos da presente Sessão, de que, para constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa e subscrita por mim, Maria de Fátima dos Santos Machado Silva, que a transcrevi e também assino. --

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

O 2º Secretário: _____

A funcionária: _____